



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 10-10-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos e a todas.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 18ª Audiência Pública Semipresencial dessa Comissão, do ano de 2023; primeira audiência temática ao PL 578/2023, do Executivo, Prefeito Ricardo Nunes, que estima a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício de 2024, orçamento de 2024.

O tema de hoje é a habitação, incluindo o Fundo Municipal de Habitação; Secretaria Municipal de Habitação e Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo.

Informo que essa reunião está sendo transmitida ao vivo, através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparência/auditórios-online, também pelo YouTube e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

O convite desta audiência foi publicado no jornal *O Estado de S.Paulo*, no dia 3/10/2023 e *Folha de S.Paulo*, dia 3/10/2023 e vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde o dia 2/10/2023.

As inscrições para os pronunciamentos foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 1/10/2023, no endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/audiênciapublicavirtual.

Foram convidados para essa audiência o Sr. Milton Vieira, Secretário Municipal de Habitação, que está representado pelo Sr. Sidney Nery, Secretário Municipal Adjunto da Habitação. Dr. Sidney, por favor, componha a Mesa conosco, muito obrigado; também a Sra. Elisabete França, Secretária Executiva do Programa de Mananciais, por favor. Registro a presença do Vereador Sidney Cruz, bem-vindo, nobre relator; Sr. João Cury Neto, Diretor Presidente da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo, que enviou um *e-mail* informando que estará no evento da Cohab São Paulo acerca do início das obras do empreendimento Bresser II, não poderá participar da audiência, e indica para representá-lo o Sr. Fabiano Calil Colussi, que é o Diretor Financeiro e o Sr. Nilson Edson Leônidas, que é Diretor Técnico e de Patrimônio, funcionários da Cohab, por gentileza, ainda estamos sem a presença da Cohab aqui, dos representantes da Cohab; o representante do Fundo Municipal de Habitação,

não há nome aqui registrado, o próprio Secretário que indicou esses dois nomes; os Vereadores da Câmara Municipal e a sociedade em geral.

Anuncio a presença de forma *on-line* do Vereador Sidney Cruz, que é o nosso relator. Ele justifica que do dia 10 ao dia 20 estará de licença, vai à China numa missão pela Câmara Municipal de São Paulo.

Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, peço para comporem a Mesa conosco. Vereador Manoel Del Rio, por favor, obrigado aos que compareceram. Acho que há uma exposição pela Secretaria do Dr. Sidney.

Anuncio que as inscrições estão abertas e, durante a fala, a exposição do Dr. Sidney, que representa o Secretário, vocês poderão fazer as inscrições aqui ao lado. Ao término da fala do Dr. Sidney a gente encerra as inscrições. Representando a Cohab, Dr. Fabiano, por gentileza, obrigado pela presença. Dra. Elisabete França, a apresentação será só da Secretaria como um todo, né? Durante a fala, a exposição do Dr. Sidney, vocês podem fazer as inscrições aqui ao lado.

Nós tivemos a primeira audiência, que foi geral do orçamento, a Secretaria coloca a pasta, está aqui o Dr. Cremonesi, que representa o Tribunal de Contas do Município, e a primeira audiência foi temática geral. A segunda que nós fizemos foi regional, incluiu Subprefeituras na região Leste 1 e hoje nós estamos na primeira temática, que é sobre a questão da habitação.

Tem a palavra o Sr. Sidney Nery.

O SR. SIDNEY NERY – Bom dia a todos.

Em nome do Secretário Milton Vieira, gostaria de agradecer a todos os presentes nessa audiência e agradecer aos componentes da Mesa, Presidente Jair Tatto, Vereador Manoel Del Rio, Bete França, todos os membros da Cohab e os colaboradores da Sehab que se fazem aqui presentes. Nós começamos primeiro fazendo uma apresentação básica, esclarecendo alguns temas importantes com relação ao orçamento.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. SIDNEY NERY – Colocamos algumas rubricas, mas o que é mais importante dentro dos aspectos de um orçamento, da gestão, um orçamento não é estático, é dinâmico, muda todo dia e temos que estabelecer alguns conceitos para termos um melhor entendimento. Essa apresentação estará disponível para todos aqueles que requererem, na versão digital, de forma transparente e também, no final, aqueles que se inscreverem, estaremos aqui para dar as respostas aos quesitos e também com a participação de alguns colaboradores da Secretaria de Habitação.

Primeiramente gostaria de levar em consideração o que é a rubrica, o nome orçado, algumas premissas para podermos avançar e entender o que é o orçamento. Orçado é aquele valor aprovado pela Câmara Municipal, que todos já sabem. Quando falamos atualizado, é o valor da Câmara acrescido de alguns valores, menos os valores anulados no decorrer do exercício; congelado é o contingenciamento que normalmente a Secretaria de Fazenda faz no orçamento para atender outros gastos públicos, onde está escrito despesa, normalmente é para empresa privada, leia-se gastos, nós estamos falando coisa pública; disponível é aquilo que efetivamente temos de recursos financeiros do município para fazer frente aos gastos; empenhados, é aquilo que a gente compromete com os gastos em andamento; liquidado é aquele que efetivamente a gente paga no orçamento; o saldo é o que sobra, é o valor para ser empenhado, e o saldo dotação é o valor disponível, menos o valor empenhado.

Com isso vamos esclarecer agora, no *slide* seguinte, a questão orçamentária do ponto de vista da Sehab 2023. A nossa posição foi fechada agora dia 6/10. Nós levamos em consideração algumas coisas: de onde vieram os recursos e quanto foram os recursos utilizados no ano de 2023, para que possamos avançar no orçamento de 2024 e justificar o pedido, temos que entender o que nós já fizemos no ano presente. Dessa forma a Sehab tem o valor orçado de dois e quinhentos, e um valor atualizado de dois bilhões. O que é importante? O disponível que nós temos aqui, os 845 milhões, empenhados 701 milhões, ou seja, a Sehab até o momento já usou 83.7% do recurso disponível para ela na pasta, está executando.

Temos também a posição do Fundo Municipal de Habitação, que da mesma forma

lá o valor orçado foi de 780 milhões e desse disponível já executamos 75%.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Orçado 472.

O SR. SIDNEY NERY – Orçado 472, o valor atualizado foi de 780, então dos 780 empenhado foram 585 disponível, 780, então, usamos 75%, do Fundo, do FMSAI, da mesma forma temos lá o valor disponível de 476 e empenhamos 420, ou seja, 88% do fundo FMSAI foi utilizado. Do Fundurb, da mesma forma, disponível 587, empenhado foram 385, ou seja, uma execução de 65.6% do orçamento. A Cohab teve disponível 149 milhões, empenhados foram 117 milhões, com 78% de execução. Temos também as operações urbanas consorciadas que foram disponibilizados 247 milhões e foram empenhados 114 milhões, ou seja, onde temos uma baixa execução de 46%, mas depois, se assim requererem, disponibilizamos o detalhamento do porquê dessa baixa execução.

Dessa forma o que é importante consignar: é que o total do orçamento que temos aqui até 2023, até o corte de 6 de outubro, foram disponíveis 3.97 bilhões dos quais foram empenhados 2 bilhões e 340, ou seja, 75% já foi empenhado, ainda falta fazermos cumprir o orçamento referente a setembro, outubro, novembro e dezembro, faltam quatro meses, portanto, esse valor certamente vai ser utilizado, nós chegaremos numa execução muito boa com relação a 2023.

Aqui só um detalhe, nós temos um valor congelado na Sehab de 1 bilhão e 215, essas são operações de crédito que foram congeladas porque até então não tínhamos todo o amparo jurídico legal e aprovação do Tribunal de Contas para fazer essa operação de liberação de crédito, então ficou congelado, por uma questão até de responsabilidade fiscal. Não podemos congelar valores sem utilizar, sem ter a premissa de utilização na ponta, se não ficamos pagando juros e tudo mais, e não é esse o objetivo. Está congelada essa operação de crédito em função dessa explicação que eu acabei de falar.

Com relação a execução, nós temos os valores de Sehab, 3.97 bilhões, está aqui disponível. De que forma foi utilizado? Temos aqui o Programa Mananciais, temos uma execução, ainda faltam quatro meses para encerrar o ano, de 88%, ou seja, mananciais, todo o

recurso que tem ali está sendo utilizado em gerar obras, unidades habitacionais, obras de intervenção em encostas, obras em área de risco, enfim, está tendo uso do dinheiro público de forma muito eficaz.

No programa Pode Entrar, do recurso que foi disponível, 741 milhões foram empenhados 564 milhões, ou seja, dentro das nossas limitações por órgãos de controle e fiscalização, nós temos um cumprimento de 76%. Construções de unidades habitacionais, disponível 721 e empenhados 421 milhões, temos uma execução na ordem de 59%, isso sempre ressaltando que faltam quatro meses para cumprirmos o orçamento até o final do ano com certeza nós vamos rumo aos 100%.

Outras despesas. A maioria delas se compõem de custeio mesmo, foram 67% executadas até o presente momento e urbanização, em assentamentos precários, auxílio-aluguel auxílio-mudança emergencial, indenizações na ordem de 97%, ou seja, está tendo até um avanço maior do que aquilo que a gente previu e estamos fazendo, na verdade, oportunamente e devidamente, as suplementações necessárias.

Temos também a questão de regularização fundiária. Eu faço um destaque aqui, o valor disponível, foram 87 milhões empenhados, 67 em relação ao orçamento total, estamos executando 76%, mais o valor do impacto, 2.86% se deve ao seguinte: temos em termos de regularização fundiária, nós ficamos cinco anos praticamente impedidos de avançar com essa pauta, impedimentos de ordem do Tribunal de Contas e coisas do gênero, mas em março do ano passado nós fizemos a homologação do processo de edital de licitação, foram quatro lotes, começamos a fazer todas as medições em maio e fizemos uma meta que nós temos aqui, meta 14, que são 220 mil procedimentos. Ontem pedi uma linha de corte e em torno mais ou menos de 20 mil famílias foram beneficiadas, ou seja, não avançamos muito porque começamos a cumprir essa dotação praticamente agora em maio. Dando sequência, um esclarecimento quanto à execução de regularização fundiária, que é uma pauta tão importante e relevante para a cidade de São Paulo. Aqui tem uma tela geral, vamos explicar as outras despesas, mas vamos disponibilizar para o pessoal as rubricas, mais a maioria é custeio e despesas que vamos colocar

à disposição.

Aqui começa o nosso comparativo em relação a 2023 versus 2024. Temos aqui pela Sehab um valor disponível de 845 milhões, em valor liquidado de 415, o empenhado foi 707, temos aqui essa linha em amarelo, essa barra gráfica amarela, que é a previsão para 2024. Estamos saindo de 845 milhões para 3 bilhões e 765. Por que está tendo todo esse pedido de recursos para Sehab? Estamos considerando o programa Pode Entrar. Temos o edital 1, das 40 mil unidades, que se encontra na fase 2, ou seja, a Sehab respondeu a alguns quesitos do Tribunal de Contas do Município e estamos no aguardo e na eminência da autorização para contratação da fase 3, por isso esse valor para 2024 será pesado. Estamos prevendo essas 40 mil unidades, temos aí em torno mais ou menos de 14 mil unidades para entidades e seis mil para empresas, então todo esse valor do Pode Entrar já estamos contingenciando e pedindo esse recurso para que seja disponível em 2024, por isso que tem ali um acréscimo praticamente de uns 400% em relação ao recurso Sehab.

Com relação a Cohab, de 149 milhões estamos pedindo agora 303 milhões, o dobro porque também prevê obras do Pode Entrar na Cohab. FMH, nós tivemos aqui 780 milhões disponíveis e agora está com 60, provavelmente, entendemos que esse recurso está sendo destinado ao programa Pode Entrar. O FMSAI, 476 para 307, agora em 2024, também contempla obras aqui também o Pode Entrar. O Fundurb, 587, repetimos 587, então mantendo a estabilidade.

Temos aqui um histórico dos fundos, que são muito importantes para que possamos cumprir, fazer frente a essas demandas de moradia e regularização fundiária no município de São Paulo. Temos aqui as operações urbanas que também preveem um acréscimo de recurso, vamos intensificar o projeto em áreas de operação urbana, temos também os recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento, que é de 10 para 44 milhões.

Esses são praticamente os componentes do orçamento da Sehab. As vezes nós temos os recursos do Tesouro, fonte 00, fonte 01 e a questão dos fundos. Isso ajuda muito a cumprirmos o orçamento e levar moradia para as pessoas.

Aqui vamos entender o que fizemos no ano de 2023, quase que 3.97 bilhões praticamente na Sehab foram 20 mil famílias em auxílio- aluguel, duas mil famílias com auxílio- mudança, 1.963 famílias com auxílio-emergencial, 340 famílias que receberam pagamentos de indenização. Existe hoje no município 16.400 unidades habitacionais em construção, já foram entregues por Sehab 5.103 unidades habitacionais, existem mais de 30 mil pessoas beneficiadas com obras de intervenção em áreas de risco e 3.573 famílias em urbanização de assentamentos precários. No programa Mananciais nós tivemos 17.994 famílias beneficiadas pelas obras de urbanização; 2.219 ligações domiciliares de esgoto; 1.414 unidades habitacionais entregues; 66 mil metros quadrados de contenção de costa; 45 mil metros lineares de muros de contenção executados; 29 mil metros lineares de redes de esgoto implantadas; 3,8 mil metros lineares de canalização de córrego implantados; e 11 intervenções em áreas de risco, Risco-4, que é um risco geológico de alta gravidade.

Com relação à Sehab, temos 17 empreendimentos em execução pelo Pode Entrar - Entidades; três empreendimentos de execução pelo Pode Entrar - Empresas; totalizando 4.207 unidades em andamento pelas modalidades Empresa, Cogestão e Autogestão. Só para acrescentar, com relação à Cohab, faltou aqui na apresentação, mas vou deixar consignado com vocês, a nível de PPP, entre contratado do ano de 2023 são 3.125 unidades. E temos, para o ano que vem, mais 5.375. O total até 2024, pela PPP, que é um programa pelo qual a modelagem ajuda muito, com isso a gente avança para combater o déficit habitacional, teremos, entre 2023 e 2024, 8,5 mil unidades habitacionais pela PPP. Com isso a gente avança no combate ao déficit habitacional no Município de São Paulo.

Aqui é só um desenvolvimento do quanto o Fundo é importante e como nós estamos usando esse fundo. Se pegarmos o ano de 2021, o Fundurb, tínhamos 180 milhões que foram utilizados de recurso. Então, 2022: 150 milhões; 2023: 307 e 2024 estão previstos 587 milhões. Portanto, estamos usando muito o Fundurb - que é o Fundo de Desenvolvimento Urbano do Município - para que possamos avançar, a estrutura do fundo consigna que um percentual tem de ser utilizado na habitação, então, necessariamente, usamos esse recurso e usa na habitação.

Da mesma forma o FMSAI, que é o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura. Vocês podem ver que existe uma crescente. Em 2021, com 232 milhões; e chegando em 2024 a projeção é usar 307 milhões desse fundo também.

Com relação às unidades entregues pela Sehab, temos 460 unidades em 2023; em obras são 2.870; em projetos, 8.354. O total de unidades, pela Sehab em gestão própria, é de 11.684; em urbanização de assentamentos precários, em 2023, temos um total de 16 entre entregues, obras e projetos.

Só vou passar alguns *slides* agora que contêm as fotos das obras. Não só os números, mas que todos possam entender a complexidade delas numa cidade do tamanho de São Paulo, que nem sempre nós conseguimos adentrar nas obras de forma fácil. Temos uma resistência natural. Por vezes, temos de fazer um processo indenizatório que, quase sempre, é moroso. Por isso impacta em não executar um orçamento na medida em que prevíamos. Esse fato tem de ser considerado e é bem relevante.

Temos o Córrego do Antonico, que é executado em seis fases. Lá tinham riscos 3 e 4, e é uma obra que vai beneficiar 20 mil famílias, em Paraisópolis. Nesse outro, temos o Bamburral, serão 121 famílias em urbanização, beneficiadas e também 234 unidades habitacionais entregues inclusive. Essa outra foto é o córrego da Mina, são 255 famílias em urbanização, área de Risco - 3, foram atendidas também. Nesse caso temos a Lidiane Sampaio Correia, são 582 famílias em urbanização, com 241 unidades entregues.

Na região Leste, Subprefeitura de São Mateus, são 5.222 famílias em urbanização com riscos 3 e 4, que estão sendo atendidas em 2023. Nesse outro slide, a ponte dos Remédios, construção de 341 unidades habitacionais, sendo 181 unidades entregues, portanto região Oeste, Subprefeitura da Lapa.

Taipas, Flores, com Risco - 2 de escorregamento e essa obra beneficiou 312 famílias. Jardim Rodolfo Pirani são cem famílias m urbanização, com obras de drenagem, urbanização e pavimentação, que vão viabilizar regularização fundiária. Na Zaki Narchi temos o monitoramento ambiental que são 700 famílias beneficiadas, com monitoramento de contingência para

verificação de intrusão de gás metano nos conjuntos habitacionais.

Major Paladino são 1.035 unidades, inclusive com atendimento de 203 crianças em creche, e 385 vagas de EMEI. Residencial Esmeralda: construção de 330 unidades habitacionais. Domênico Martinelli são 161 unidades habitacionais. Sapé são 171 unidades habitacionais, sendo 968 famílias impactadas com as obras.

Real Park, reforma, 537 famílias beneficiadas, serviços de reparo e obtenção de AVCB do Conjunto Habitacional Real Park. No Parque Sanfona serão construídas 349 unidades habitacionais. Sabesp 1 Heliópolis: construção de 152 unidades habitacionais. Sabesp -2 serão 240 unidades entregues, num total de 480 unidades habitacionais.

Jardim Colombo serão 610 famílias em urbanização. A primeira etapa que foi a urbanização já foi efetuada; e a canalização do córrego Jardim Colombo. Está em vias de implantação o parque linear e serviço de infraestrutura.

Coliseu serão 272 unidades habitacionais e sete boxes comerciais. Estamos em vias de fazer, inclusive, a ligação da energia elétrica no Coliseu. Alfredo Ávila são 877 famílias beneficiadas com a urbanização e lá tínhamos um Risco - 4 muito alto.

Wilton Paes onde está prevista a construção de 105 unidades habitacionais. É uma área pública do Governo Federal que foi cedida ao Município e este tem a responsabilidade de implantar essas unidades habitacionais. Ficou um tempo parada essa obra, ficaram embargadas porque existiam ainda resquícios humanos no local, em função do acidente ocorrido com incêndio, mas a Prefeitura está com os contratos ativos; estamos, inclusive, em fase de finalização dos projetos.

Jardim da Paz são mil famílias beneficiadas com obras de urbanização e infraestrutura, que incluem: abastecimento de água, drenagem urbana, pavimentação, paisagismo e iluminação pública. Água Branca serão 595 famílias beneficiadas.

E aqui já entramos com relação ao Programa de Área de Mananciais, ou seja, execução por conta de mananciais diretamente. O total é de 8.795 unidades habitacionais e entra em entregas, obras e projetos.

Com relação à intervenção e urbanização e assentamentos precários, temos um total de 39 assentamentos. Foram entregues oito; 25 estão em obras e, em projeto, são seis. Esses números compõem aquela execução de 88% com relação a mananciais.

Temos aqui a divisão em oito lotes. E nesse outro, vejam, é a Capela do Socorro, só para passar rapidamente algumas imagens para passar algumas obras executadas em mananciais. Foram 729 famílias beneficiadas com a urbanização em áreas de riscos 3 e 4, com 380 unidades habitacionais, sendo que já foram entregues 84.

Cantinho do Céu em etapas de 1 a 6, são dez mil famílias beneficiadas com obras de urbanização. As etapas 1 e 2 já foram entregues, Risco - 4 muito alto, etapas 2 e 6, e Risco - 3, alto também etapa 6. Enfim, em execução e em bom andamento. Ainda no Cantinho do Céu temos obras do terminal e atracadouro também, no transporte aquático, é a etapa 2.

Temos o parque linear Cocaia I, que serão 1,4 mil famílias beneficiadas com obras de urbanização. Lá tem risco de inundação alto então esse risco está sendo também combatido pela Prefeitura. É um foco que temos, são ocupações em áreas de risco e também áreas inundáveis, onde temos feito um trabalho na ponta muito gratificante.

Jardim da União, em parceria com o CDHU para fazer regularização fundiária. Serão 664 famílias em urbanização e 16 unidades habitacionais. Parque Linear Nova Grajaú-2, são obras que beneficiarão 1,4 mil famílias em urbanização e existe também, ali, um risco de inundação muito alto na região. Pabreu são 1,6 famílias em urbanização, Risco - 3, também alto, está sendo mitigado com essas obras do Programa Mananciais. Aqui estão as áreas verdes do Pabreu como vão ficar.

Jardim Gaivota - 2 são 294 famílias que serão beneficiadas com obras de urbanização. Cocaia João Cabanas tem uma parceria com o CDHU com repasse de recursos, mas se prevê lá a construção de 2.580 unidades habitacionais, sendo executadas no Programa Mananciais. Luis Rota são 770 unidades habitacionais. Monte Verde serão 3,2 mil beneficiadas em urbanização, Risco 4 - muito alto.

Entramos aqui na Cidade Ademar, Guaicuri, com 2,7 mil em urbanização, riscos 3 e

4, com mil unidades previstas e 32 entregues. Jardim Apurá serão 339 famílias, reurbanização, foram beneficiadas, com riscos 2 e 3. São 74 unidades habitacionais previstas e 8 entregues.

Morro dos Macacos serão 82 famílias em urbanização, Risco 3, alto, a Prefeitura está atuando lá também através do Programa Mananciais. Mata Virgem são 251 famílias beneficiadas em urbanização, com riscos 3 e 4, altos.

Parque Primavera, na estrada do Alvarenga, são 732 famílias que serão beneficiadas com obras, intervenções e urbanização. Subprefeitura de Paralheiros, dentro ainda do Programa Mananciais.

Centro de Paralheiros, Córrego Caulim, vão ser beneficiadas 3,1 mil famílias, com urbanização, com riscos 2 e 3. Vejam nessa imagem o que era o córrego antes, e como ele está ficando depois da intervenção de obras, fica muito diferente, até bonito, dando outro contexto na região.

Vargem Grande: serão beneficiadas 4,7 mil famílias com obras de urbanização. Lá tem o Risco - 2. Jardim Santa Terezinha serão 784 famílias beneficiadas com urbanização, Risco 2 também.

Aqui já estamos na região do M' Boi Mirim, Boulevard da Paz serão 2,6 mil famílias que serão beneficiadas com urbanização; 780 unidades habitacionais entregues, Risco -2 e Risco 4. Atendidos. Ainda no Boulevard da Paz, estamos colocando aqui o acesso como era antes e depois, levando mais dignidade para as pessoas na ponta.

Chácara Flórida, temos Bandeirantes com 2,2 mil famílias em urbanização, riscos 2 e 3 foram atendidos. Jardim Arnaldo, 560 famílias em urbanização, riscos 2 e 3 também. Jardim Ângela foram 625 famílias em urbanização com riscos 2 e 3.

Jardim Tancredo são 136 famílias atendidas com obras de urbanização, Risco 1. João Manoel Vaz foram 195 famílias em urbanização, riscos 2 e 4.

Vila do Sol, parceria com o CDHU, estão previstas 320 unidades habitacionais. Vila Nordestina são 396 unidades habitacionais. Jardim Capela são 553 famílias, riscos 2 e 3, com a canalização do córrego, o projeto está no início. Enlevo são 317 famílias, riscos 2 e 4 com a

canalização do córrego que está prevista também.

Então esses são os nossos números com relação ao ano de 2023 e as intervenções e obras efetuadas dentro da Sehab, através também de mananciais e Cohab.

Vamos falar agora do ano de 2024. Esse é o histórico para podermos entender porque estamos avançando para 2024 e pedindo, na verdade, recursos para que possamos executar mais a política pública de habitação na ponta.

Só para consignarmos, estamos pedindo em nossa proposta orçamentária 5,4 bilhões, sendo diretamente para provisão habitacional Sehab 4,6 bi; regularização fundiária 110 milhões; urbanização de assentamentos 337 milhões; e custeio 334 milhões. Total 5,4 bi. Essa é a nossa proposta para 2024.

O que estamos aplicando, para todo mundo entender, é de onde vem as fontes e quais são os recursos que estamos utilizando para poder compor o orçamento de 5,4 bi. Praticamente, estamos usando recursos do Tesouro, do FMSAI, do Fundurb, da Operação Urbana Consorciada, Cohab, FMH e FMD. Esses são os componentes dos nossos 5,4 bi.

Neste slide dá para ver a participação de cada um desses recursos para compor os 5,4 bi. De fonte de Sehab, 70%, estamos prevendo do Tesouro; um por cento de FMH; 5% dos recursos serão destinados à Cohab; Operações Urbanas são 6%; Fundurb 11%; FMSAI são 6% e FMD um por cento. Esses são os nossos componentes para poder atender o orçamento de 5,4 bi proposto.

Nessa imagem estamos dizendo o seguinte: de qual fundo vem essa nossa proposta. Da Sehab, estamos falando dos 3,7 bi contingenciados da Sehab, que é isso que estamos pedindo. Estamos pegando operações de crédito do Pode Entrar, Fonte 01, 2,5 bi; são 67%, essa é a nossa maior dotação que temos com relação à Fonte 01. Temos também aqui a Fonte 02 que são as transferências federais, um por cento. Então o Município está entrando com 67% e o Governo Federal com 1%.

As transferências estaduais, também prevista aqui, no Fundo 03, tem 1%. E Tesouro Municipal, Fonte 00, são 32%, ou seja, o município está operando, praticamente, com gestão de

recursos próprios, com muito pouco repasse dos governos federal e estadual.

Temos nesse slide o local praticamente onde vamos destinar nosso recurso, em 2024. Percebam que o Programa Pode Entrar está com 3,5 bi. Só ele consegue absorver 93% do nosso orçamento.

Depois, temos em ordem crescente: Serviço de Moradia Transitória, Administração da Unidade Pessoal, Construção de Unidades Habitacionais, Administração de Despesas Administrativas, Urbanização de Favelas, mas o que gostaria de chamar a atenção dos senhores e senhoras são essas rubricas aqui: regularização fundiária, 4 mil; locação social, 2 mil; desenvolvimento de sistemas, mil; todas essas dotações que estão baixas são passíveis de suplementação e serão, na verdade, no decorrer do ano de 2024, objeto de conversa com o Tesouro e com a Secretaria da Fazenda para, justamente, fazer a suplementação dessas rubricas. Mas, aqui se compõem os 3,7 bi, que é Sehab direto.

Fizemos uma lâmina porque estamos tomando quase 94% do orçamento, mas onde serão utilizados? Vejam: praticamente estamos pegando 3,5 bi que é o recurso Sehab para o Pode Entrar; Fundurb serão 417 milhões. A FMH e FMD são os valores que serão suplementados no decorrer 2024 para formar os quase 4 bilhões de reais para aplicação no Programa Pode Entrar, que, no seu edital 1, se deu a aquisição das 40 mil unidades. Aquilo que eu falei ainda há pouco: ele estava na fase 2, e o Tribunal aprovou três fases. Após a nossa manifestação e resposta à fase 2 e atendimento dos apontamentos do Tribunal, nós estamos na expectativa de ter autorização para prosseguir com a contratação da fase 3, o que nos vai permitir fazer a contratação de 40 mil unidades habitacionais, sendo que dessas, 21.541 unidades habitacionais já estão licenciadas.

Portanto, nós estamos fazendo o trabalho de casa e agora aguardando a autorização do Tribunal para prosseguirmos. A ideia é, assim que o Tribunal responder, nós avançarmos. Na verdade, era para termos avançado mais, mas houve alguns apontamentos. O Programa Pode Entrar é disruptivo e, se a Prefeitura não tivesse um planejamento e um programa habitacional para o município, realmente a situação ia ficar muito difícil e as expectativas dos munícipes não

iam ser atendidas, já que os repasses tanto do Governo Municipal como do Estadual são mínimos, o que comprometeu bastante o Orçamento da Prefeitura. Mesmo assim, nós estamos na expectativa de fazer as contratações tão breve isso ocorra, que hoje já ocorreram no âmbito do Programa Entidades, que já contemplou muitas entidades. Aliás, até o presente momento, os recursos do PODE Entrar têm sido utilizados para entidades. Estão previstas 15.087 unidades que estão distribuídas em 64 entidades e um total de 95 empreendimentos no total para o Programa PODE Entrar Entidades.

Com relação ao Programa PODE Entrar Empresas, temos sete empresas e 16 empreendimentos, em um total de 5.542 unidades. Nós temos também um edital para cinco mil unidades que está sob análise do Tribunal de Contas, chamado de Chave nas Mão, de pronta-entrega.

Por hora, então, nós já respondemos a todas as questões por ordem de controle, e está sendo objeto de apreciação pelo Plenário do TCM para podermos levar adiante essa questão das cinco mil unidades.

Nós temos uma previsão de soltar mais um edital com mais 20 mil para aquisição, que já está no planejamento, mas só podemos fazer coisa nova depois de resolvermos e apararmos as arestas do edital 1, da aquisição, para ganharmos maturidade. É um programa realmente inovador, mas se fizeram necessários alguns ajustes, e nós estamos atendendo todos os apontamentos do Tribunal de Contas.

Com relação à PPP da Cohab, é uma modelagem muito interessante, já que a Prefeitura só começa a ter dispêndio financeiro após dois anos. Contrata-se a empresa, paga-se e só depois da obra acabada que a Prefeitura começa a onerar o cofre público. Isso é um *funding* novo que fortalece muito o Orçamento do município e combate mais rapidamente o déficit. Como eu há pouco falei, até 2024, nós temos prevista a contratação de 8.500 unidades habitacionais de um total de 22 mil.

Alguns critérios de seleção de demanda dessas unidades habitacionais do Programa PODE Entrar: 15 % dessas unidades serão destinadas com prioridade para mulheres vítimas

violência doméstica; 5% para pessoas com algum tipo de deficiência; 5 % para idosos. O nosso objetivo com esse atendimento habitacional definitivo é zerar o cadastro de pessoas no Auxílio Aluguel. Este é só um resumo do total das unidades do Programa Pode Entrar com relação às entidades, cujo total será de 20.629.

Por que nós precisamos passar de 3,97 bilhões para 5,4 bilhões? Porque nós precisamos avançar em 2024 pedindo mais recursos, um incremento ao Orçamento? Primeiramente para podermos atender o Programa Pode Entrar, que realmente faz diferença no município de São Paulo com entrega de unidades habitacionais, mas também para darmos continuidade às obras de produção de unidades habitacionais em andamento. Nós temos contratos de 2023 em andamento que nós precisamos que sejam terminados em 2024. É por isso que nós precisamos de um orçamento para isso. Além disso, nós precisamos atender as demandas, ações judiciais que nós temos que cumprir, além de dar continuidade a obras de urbanização que levarão saneamento básico a toda a população, principalmente com a despoluição de região de mananciais e córregos.

Nós precisamos ainda fazer o gerenciamento de obras sociais e regularizações fundiárias. Inclusive, para o ano que vem, nós já temos previsto a regulamentação do Decreto 17.859, que também vai permitir que beneficiemos 160 mil famílias com títulos, ocupantes que têm o Termo de Permissão de Uso precário. Nós vamos regularizar esse pessoal, inclusive os por parte da Cohab, do Cingapura. A ideia é fazer uma Reurb Titulatória. Isso vai ser muito importante e vai contribuir para ativar a economia, porque, ao expedirmos 160 mil matrículas, temos que considerar que essas unidades serão objeto de transações e garantias e, por serem objeto de reformas, geram emprego e renda, e isso é muito relevante.

Colocamos algumas justificativas com relação às áreas da Sehab. Nós temos uma Coordenadoria técnica social, por meio da qual nós estamos basicamente pedindo recursos com uma visão social para Auxílio Aluguel e Auxílio Mudança, indenizações e Cartão Emergencial. Com relação à área de regularização fundiária, nós estamos pedindo recursos para darmos continuidade aos contratos com empresas especializadas, para regularização de

empreendimentos habitacionais e para mais contratação de produtos; dentre eles o Lepac e Estudos Técnicos Ambientais, além da elaboração de projetos e obras de infraestrutura essencial para a regularização fundiária.

Com relação à área de projetos e obras, nós temos que cumprir alguns contratos, pois há saldos e licitações em andamento, além de obras a licitar. Do que sobra, nós temos contrato vigente e, a licitar, também obras e projetos. Isso tudo para cumprir as metas 12, 13 e 14. Há também as premissas e justificativa para fazer esse incremento em 2024 para o Programa Mananciais, que são os contratos vigentes, os oito lotes sobre os quais nós já falamos, além dos compromissos com o Programa de Metas entre 2021 e 2024, e as necessidades de licitações para cumprimento de obras em andamento para atendimento de algumas demandas judiciais.

Basicamente, essa é a apresentação da Sehab, representando também a Cohab, porque, na verdade, a Sehab é ordenadora de despesa e, portanto, faz gestão. Já a Cohab implementa e operacionaliza a política habitacional no município.

Nesses termos, eu gostaria de finalizar minha fala dizendo que a convocação das entidades beneficiadas no Programa Pode Entrar foi baseada no edital de 2015. Temos também um resumo das entidades e em que fase estão as obras praticadas por elas.

A gestão de recursos públicos é um pouco diferenciada. Uma decisão ou medida de empresa privada é de forma autônoma, mas com a coisa pública é um pouquinho diferente. Para podermos exercer um gasto público é preciso ter segurança jurídica, que precede sempre um ato licitatório. É preciso sempre cumprir um rito, que, às vezes, é muito moroso.

Eu e toda a equipe da Sehab nos colocamos à disposição para prestarmos esclarecimentos adicionais sobre o que foi apresentado. A nossa gestão está focada em reduzir as ocupações em áreas de risco por meio de remoções mediante indenizações ou atendimento por moradias definitivas, além de levar, em que pese ser um direito constitucional, moradia digna à ponta. O município tem um déficit habitacional da ordem 368 mil unidades habitacionais, sendo que a do Estado está na ordem de 1,2 milhão e a do Governo Federal na ordem de 6 milhões em todo o Brasil.

Por isso, quando nós falamos em implementar um programa que vai fazer no município 107 mil unidades habitacionais para combater um déficit de 368 mil, o município está agindo e, em que pese esses pequenos ajustes e apontamentos do Tribunal de Contas, está havendo um enfrentamento para realmente combater o déficit habitacional. São Paulo é um município muito grande, assim como seu Orçamento, que é de 94 bilhões, quase cem bilhões, e pedimos, nesta audiência, o apoio do Legislativo, que, na verdade, nós já temos, porque, à medida que foi aprovado o Programa Pode Entrar, houve um alinhamento. Aproveito para parabenizar a atitude desta Casa na aprovação desse programa, que possibilitou o real enfrentamento a esse problema, a esse déficit habitacional com uma política habitacional.

O Programa Pode Entrar é um programa municipal realmente de referência que está utilizando recursos públicos municipais, já que os recursos estaduais e federais são muito poucos. Inclusive, noutro dia, eu perguntei para uma entidade quando foi que ela teve oportunidade de pegar um recurso público do município para fazer obras habitacionais.

Quem de vocês aqui representa entidades? Levantem a mão, por favor.

- Manifestações na plateia.

O SR. SIDNEY NERY – Esse é o nosso público-alvo. Pergunto a você quando tiveram a oportunidade de pegar um recurso público do município para fazer obras de unidades habitacionais.

- Manifestações na plateia.

O SR. SIDNEY NERY – Quanto tempo faz isso?

- Manifestações na plateia.

O SR. SIDNEY NERY – Pois é. Mas, olhem, o Programa Pode Entrar possibilitou considerar esse evento com as entidades, que são bem-vindas para nós executarmos o Pode Entrar. Então, nós estamos realmente lutando para que isso permaneça e se torne uma política pública de reforço durante todo o ano, porque, na verdade, nós temos que oferecer moradias dignas às pessoas, além de urbanização e obras. No prédio Prestes Maia, por exemplo, foram investidos 76 milhões de reais para 287 unidades habitacionais. Fizemos um retrofit em um

prédio que estava invadido, largado.

- Manifestações na plateia.

O SR. SIDNEY NERY – Desculpem, perdão. Ocupado.

- Manifestações na plateia.

O SR. SIDNEY NERY – Ok, mas é um prédio que estava lá, e nós tivemos esse zelo de levar dignidade a essa ocupação.

- Manifestações na plateia.

O SR. SIDNEY NERY – Não, está ocupado...

- Manifestações na plateia.

O SR. SIDNEY NERY – Pessoal, humildade, perdão. Está ocupado. Beleza? Ocupado. Mas procuramos levar uma política habitacional de enfrentamento e dar a essas pessoas condição de moradia digna. Foi isso que eu quis dizer. Não se atenham à palavra, vamos nos ater ao ato, vamos nos ater ao fato de que a nossa política pública é inclusiva e prevê a contemplação de entidades. Nós lutamos por isso e não estamos sendo omissos. Existe, sim, o compromisso desta gestão da Secretaria de Habitação em levar moradias dignas às pessoas. Mais uma vez, peço perdão pelo mau uso de uma palavra “invadido”, pelo equívoco. É “ocupado”. Minhas desculpas.

Sr. Presidente, essa foi a apresentação da Sehab. Coloco à disposição todo o pessoal da equipe da Sehab, incluindo o pessoal da área de mananciais e da regularização fundiária, para tirar dúvidas e responder a perguntas. Estamos à disposição.

Muito obrigado. Deus os abençoe. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Dr. Sidney.

A Cohab declina da palavra pela apresentação já estar incluída na apresentação da Sehab.

Informo a presença, de forma *on-line*, do Vereador Isac Felix, Vice- Presidente desta Comissão, e da Vereadora Rute Costa.

O Vereador Sidney Cruz, relator do Orçamento também para 2024, apesar de viagem

marcada para hoje, está aqui. Tem a palavra.

O SR. SIDNEY CRUZ – Sr. Presidente, primeiramente cumprimento V.Exa. e o Secretário-Adjunto, meu xará, Dr. Sidney Nery, hoje representando o Secretário Milton Vieira. Cumprimento também o Fabiano Calil, Diretor Financeiro da Cohab. Cumprimento ainda a minha querida amiga Elisabete França, Secretária Executiva de Programa Mananciais, uma pessoa que conhece muito disso e que vem sofrendo injustamente. Quando a gente trabalha e atende as necessidades dos mais necessitados, infelizmente injustiças acontecem. Por fim, cumprimento o meu colega guerreiro Vereador Manoel Del Rio; todos os representantes das entidades; os demais presentes; todos que nos acompanham pela TV Câmara São Paulo; o pessoal da CTEO; os assessores da Comissão de Finanças e Orçamento, equipe que nos ajuda demais.

Sr. Presidente, a minha viagem, de fato, é hoje, às 20h. Vou representar a Câmara Municipal de São Paulo na China. Amigo Maxwel, grande abraço.

Como acompanhei parte da apresentação de forma virtual, consegui ouvir as palavras finais do Secretário Adjunto. Fico muito feliz pelo contexto e objeto dessa apresentação envolvendo os atores principais no enfrentamento do déficit habitacional de uma cidade como São Paulo, que apesar de tão potente, se estende há décadas. É óbvio que sempre há algo a se ajustar, e isso faz parte do processo da Administração Pública, mas, pela primeira vez, vejo um programa robusto, com recursos do município, já que a grande parte deles é próprio, no enfrentamento ao problema de moradia que tem a cidade, que infelizmente afeta os mais pobres.

Sr. Presidente, ao final da participação dos inscrites, eu gostaria novamente de fazer uso da fala para tecer as minhas considerações.

Gostaria também de comentar que eu representei V.Exa., Sr. Presidente, na primeira audiência pública regional, realizada na zona Leste, que teve participação expressiva da população. Haverá mais quatro, e ouvi V.Exa. já falar das outras que haverá, tanto as regionais como as temáticas. Esta é a primeira temática e, como relator, novamente me coloco à disposição de todos, porque, como agentes públicos, eu acho que nós temos que exercer a escuta mais do que a oratória.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Perfeito, Vereador Sidney.

Como as audiências regionais têm temas gerais, já anuncio a próxima, que ocorrerá no dia 21/10, no Teatro Paulo Eiró, em Santo Amaro, zona Sul, na qual estarão envolvidas as Subprefeituras de Campo Limpo, Capela do Socorro, Cidade Ademar, M'Boi Mirim, Parelheiros, Jabaquara e Santo Amaro. Como eu já falei, nessa e nas outras audiências, todos os temas poderão ser tratados, pois são gerais. Inclusive foi sugestão do Vereador Sidney Cruz essa divisão geográfica para que pudessem contar com a presença de todas essas cinco subprefeituras. Consta que, dos cinco subprefeitos, três compareceram e dois mandaram representantes.

O SR. SIDNEY CRUZ – Exatamente. Todas as subprefeituras foram representadas; três por subprefeitos e duas por seus representantes.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – São muito importantes esses debates regionais que nós tivemos a oportunidade de voltar a fazer.

Anuncio novamente a presença do Sr. Adriano Cremonesi, representando o TCM, e do Sr. Artur Lascale, Coordenador de Planejamento da Secretaria da Fazenda. Se quiser compor a Mesa, Artur, fique à vontade.

A audiência pública é uma forma que nós temos à disposição exatamente para que vocês possam também imprimir situações necessárias, sejam do movimento, sejam de forma individual. Então, criamos um formulário que vocês podem adquirir ali e contribuir. Tudo o que vem escrito será analisado pela equipe, pelo nome relator.

Então, temos de forma física o material, porque, às vezes, há uma dificuldade de acesso, mas temos as plataformas que podem estar incluindo. Vou correr logo para ouvi-los.

Vereador Manoel, quer fazer uma saudação e depois volta a falar sobre o tema?

Tem a palavra o Vereador Manoel Del Rio.

Primeiro, muito obrigado pela presença maciça de todos vocês dos movimentos. Temos 11 inscrições. Temos *on-line* seis inscrições. Geralmente, *on-line* as pessoas

desconectam. Então, temos 13 inscrições. Se houver prejuízo a algum movimento, alguma associação, se vocês quiserem, a gente propõe mais 10 inscrições e vocês se organizariam por aí. Pode ser? Não posso ir além disso, porque senão a gente fica prejudicado também no próprio debate.

Então, vamos verificar os movimentos que não se inscreveram. 10 inscrições. São três minutos. Vocês se organizam aí. Ficam os movimentos que ficaram prejudicados e a gente abre mais 10 inscrições. Tem esse formulário para vocês irem preenchendo e colocando as observações. Podem usar esse formulário e passar para a nossa assessoria.

Vereador Manoel Del Rio.

O SR. MANOEL DEL RIO – Bom dia a todos e todas. Quero cumprimentar o nosso Presidente da Mesa Vereador Jair Tatto; o relator Sidney Cruz; o Sidney, da Secretaria da Habitação; a Elisabete França; e Fabiano. Quero cumprimentar todos vocês.

Neste primeiro momento, só queria apresentar duas observações para exposição do Sidney. Primeiro, para o orçamento do Pode Entrar ou da moradia, tem 5.397 bilhões. É um bom orçamento. Entretanto, 2,5 milhões são de operação de crédito. Por que esses recursos já não vêm do Tesouro uma vez que o Tesouro tem recurso e ele precisa acessar a questão de crédito? No ano passado tinha um bilhão de operação de crédito e ele não foi executado por problemas que você mesmo mencionou. Então, não corre o risco novamente dessa operação de crédito tenha alguma impossibilidade de ocorrer? E aí então o orçamento cairia para três bilhões e pouco do orçamento.

Então, só queria saber por que tem que ter 2,5 bilhões de operação de crédito. Essa é uma questão.

A outra questão. Nos nossos estudos da assessoria da Bancada, a gente encontrou que a construção de unidades habitacionais perdeu 187 milhões em relação ao ano passado. A execução do programa de mananciais também perdeu 213 milhões e a urbanização de favela também perdeu 136 milhões. A regularização fundiária perdeu 30 milhões. Então, 2024 está tendo menos recursos do que nos anos anteriores.

Só queria apontar essas duas coisas neste momento, mas gostaria de ouvir todo mundo e, depois, no final, eu queria apresentar também algumas outras propostas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Manoel Del Rio.

Primeira inscrição Miriam Coelho da Silva.

A SRA. MIRIAM COELHO DA SILVA – Bom dia a todos e todas.

Já fiz uma pergunta para o rapaz responsável pela inscrição se tinha alguém da Secretaria da Assistência Social, porque a minha pergunta vai direcionada tanto para a habitação, a Sehab, quanto o pessoal da Assistência Social.

Estou morando num projeto atualmente chamado Autonomia em Foco. É um projeto que está passando por um processo de extinção porque a Secretaria da Assistência Social diz que é um projeto que não está trazendo benefícios para os moradores. Então, quero protestar e dizer que isso não é verdade. Isso está afetando muitas pessoas.

Queria entender da Secretaria da Habitação qual é o diálogo que existe ou já existiu entre a Secretaria da Assistência Social e também da Habitação, porque antes da pandemia de 2020, que começou e pararam todos os processos, tinha o diálogo e os encontros tanto da Secretaria da Habitação e da Assistência Social. Só que veio a pandemia e parou.

Atualmente, os usuários do sistema da assistência social estão cobrando isso porque é uma coisa que foi prometida há muito tempo e agora, com a manobra que eles estão querendo fazer para extinção da Autonomia em Foco, não estão mais orientando a gente quanto a busca para o projeto da Habitação, que antigamente era chamado Locação Social, e, agora, estão dizendo que é o Pode Entrar. Queria saber qual que é a articulação que existe atualmente da Secretaria da Habitação com assistência social.

Semana que vem vai ter um encontro lá da Autonomia da Liberdade em Foco 1, na Rua dos Estudantes, 505. Vai estar presente a Defensoria Pública, vai estar presente assessoria de algum Vereadores, chamei também alguns representantes e a SMADS vai tentar esclarecer.

Mas só que eles não estão jogando limpo com os moradores, os usuários do sistema

da assistência social para entender. Então, estou cobrando da Sehab, mas não é tanto por vocês. Sei que tem o trabalho de vocês e o da assistência é outro. Os dois são da Prefeitura.

Quero entender porque, pela assistência, a gente não está conseguindo. Tanto que a gente está envolvendo a Defensoria para conseguir uma resposta.

Obrigada pela atenção. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Miriam, dia 21/11 é a pasta da assistência.

Obrigado.

Vamos seguindo. Chamada on-line. Glauciene Araújo Lucena. (Pausa). Rosangela Vieira. (Pausa).

Anuncio a presença do nobre Vereador Rinaldi Digilio, membro desta Comissão.

Everton Soares Ferreira. (Pausa). Três minutos.

O SR. EVERTON SOARES FERREIRA – Obrigado, Vereador Jair Tatto.

— Não sei se o Secretário Milton está presente. Ele é da pequena cidade de Iepê, cidade da liberdade. Sou morador do Balneário Novo São José desde 1991. É um loteamento irregular. Então, há 33 anos existe um processo de regularização fundiária que está em curso na Secretaria Municipal de Habitação.

Residem lá em torno de 1200 famílias. É uma área de 140 mil m², um loteamento que em 92 não tinha água, não tinha luz, não tinha saneamento básico e lá residiam, aproximadamente, 12 moradores. Através até do mandato do Vereador Jair, conseguimos incluir no último Plano Diretor a área como ZEIS 1. Para nossa alegria também, fruto de muita luta, consta no Plano de Metas, Ação 14.

Hoje, 33 anos depois, é um bairro completamente consolidado com água, com luz, saneamento básico, com internet, com correios, enfim, recebe todos os serviços possíveis. Mas, até hoje, nós não conseguimos ainda que houvesse a sua regularização fundiária.

Então, o apelo que eu faço a V.Exa., ao Secretário, ao Prefeito Ricardo Nunes é para que haja um esforço político para que a gente possa fazer a regularização desses lotes lá no Balneário Novo São José, na Subprefeitura de Parelheiros. Ele já está pronto, ele está preparado

para poder ter a regulação fundiária.

A gente observa nos números apresentados que além das ações organizadas pela Secretaria, também há dinheiro suficiente. Ouso dizer que a moradia é uma necessidade da nossa cidade, mas nosso caso a regularização fundiária é muito mais barata do que construir as unidades habitacionais. Estamos falando de um loteamento grande, de uma área consolidada.

Também queria aproveitar a oportunidade de convidá-los com o Vereador Jair, Secretário, para que a gente possa conhecer esse bairro e que eu possa sensibilizá-lo a fazer a regulação fundiária no próximo período.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Everton Soares.

Aproveito para agradecer os intérpretes de Libras: Marilene Santos Cuba e o Edmilson Cuba.

Próxima inscrição presencial: Arlindo Amaro.

O SR. ARLINDO AMARO – Bom dia a todos. Sou Arlindo Amaro, da região do Ipiranga.

Queria acrescentar que a população já briga, desde 1946, do Governo Gaspar Dutra, para a questão da moradia. Veio o Cingapura; veio Pró-Morar; Plano Diretor de 2002; em 2003, veio o Minha Casa Minha Vida. Agora, há pouco, ficou a Casa Amarela. Hoje, temos outro programa e a maioria da sociedade está sem moradia.

Insisto em falar no Plano Diretor e nos Planos de Bairro. Todas as pessoas que estão aqui moram no bairro. As subprefeituras têm um plano de bairro. Seria menos problemático se a subprefeitura cumprisse com o seu dever.

Não adianta você falar que vai construir em uma região que não tem infraestrutura. Você precisa do comércio, você precisa do serviço. Precisa de morar, sim, mas você precisa trabalhar. Não adianta jogar a pessoa lá na ponta do mapa onde não tem uma infraestrutura de serviço, emprego. O camarada tem que sair 4 horas, 5 horas, 3 horas da manhã para vir trabalhar para cá.

Então, o que precisa é planejamento, o que a gente não está vendo. O Plano Diretor, no artigo 345, diz que os Planos de Bairro são a principal ferramenta para se fazer um desenvolvimento social. Não é apenas mostrar aqui e sem qualquer projeto, sem a participação da sociedade.

Além de zoneamento, está sendo discutida para se falar quais são os locais mais adequados para se fazer moradia. Então, você vê que há um atropelamento. Você não tem um rumo certo do planejamento urbano. Tudo tem que ser planejado. As subprefeituras são dirigidas por esta Casa chamada Câmara Municipal. Infelizmente, está no silêncio.

O Plano de Bairro, repito, é fundamental para que a gente tenha uma cidade melhor. A minha rua estando bonita, o meu bairro está bonito. O meu bairro está bonito, a cidade está bonita. São 32 cidades dentro da cidade de São Paulo. Se cada uma das 32 subprefeituras cumprisse pelo menos o sistema de infraestrutura - nós temos problema de esgoto, saúde, moradia, a segurança. Isso não sai do papel. A segurança pública está na área nobre. A segurança pública onde moram as pessoas que têm menor renda, você só tem com ameaças quando a polícia chega.

Então, a gente precisa saber o que é o planejamento urbano e a desigualdade social que cresce e cresce rápido. Nessas últimas duas décadas falaram um monte de planejamento sobre moradia e só ficou no “fala que eu te escuto”. Um abraço. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Arlindo.

Inscrição *on-line*. Luciana Guerra. (Pausa). Marlon Magno de Jesus. (Pausa). Felipe Ribeiro de Lima. (Pausa).

Então, o site de orçamento para receber demandas é: www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2024. Vamos deixar exposto na tela. Vamos conseguir deixar ali por um período e aí vocês podem anotar. A partir dali, vocês também podem sugerir direto no *site*.

Presencial: Maria de Fátima. Três minutos.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA – Bom dia a todos e todas. Bom dia a todos os

Vereadores; a Sra. Elisabete França, faz muito tempo que a gente não se vê. Bom dia a todos os movimentos presentes.

Meu nome é Maria de Fátima, sou conselheira municipal de habitação da cidade de São Paulo.

Fiquei observando algumas coisas na apresentação e me chamou bastante atenção quando o Sr. Sidney, que é o Secretário Adjunto, falou da questão da porcentagem de habitação da Cohab, da Sehab. E, aí, eu não senti contemplados os movimentos, as entidades, porque quando coloca 93,14% para a Cohab e Sehab, onde estão as entidades para serem atendidas? Sobrariam 7,7% para os movimentos sociais. Então, eu quero que se reveja isso e também a porcentagem colocada para construção pela PPP.

Eu também acho importante sabermos que a PPP está atendendo 22 mil unidades pela Cohab, para atender essas famílias. Eu acho importante nós, enquanto conselheiros municipais, sabermos quais famílias estão sendo atendidas, porque nós temos denúncias, que vamos levar para o Conselho, que pessoas de baixa renda, que famílias e baixa renda, principalmente idosos, estão indo para a PPP e, aí, estão passando fome, porque a PPP não contempla famílias de baixa renda. É um absurdo o valor do condomínio que essas famílias têm de pagar e tudo mais, e quando chega no final do mês essas famílias não têm dinheiro para comprar remédio e nem alimentos.

Então, que se reveja isso e que seja passado dentro do Conselho Municipal de Habitação.

E quando falamos sobre o Pode Entrar. Nós somos uma entidade e estamos dentro do Pode Entrar, mas nós temos de melhorar bastante a forma de pagamento do Pode Entrar, porque se for desse jeito que está construindo, com atraso de parcela, ficando um mês para poder receber parcela, prestação de conta... Enquanto nós prestamos conta do dinheiro público, que é um dinheiro nosso, as grandes construtoras recebem dinheiro e prestam conta com duas notas fiscais. Isso é um absurdo. Nós temos de discutir isso aí, porque senão o Pode Entrar vai ficar a mesma coisa dos mutirões: em vez de construirmos com um ano e oito meses, nós vamos

ficar 12, 13 anos para construir. Então, queremos que reveja isso aí. Já pedimos reunião com o Presidente da Cohab, com o Secretário, e nós queremos que reveja essa forma de prestação de conta e essa forma de pagamento do financiamento do Pode Entrar, porque nós queremos que nossas famílias tenham as casas em um ano e oito meses ou até menos. Nós não queremos ficar três anos ou 12 anos esperando para entregarem as unidades habitacionais.

Obrigada e peço também que o Secretário-Adjunto apresente esta discussão para os conselheiros municipais, porque as coisas não estão sendo passadas para dentro do Conselho.

Muito obrigada. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Sidney Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Agora passarei a palavra ao Vereador Rinaldi Digilio, porque ele tem um outro compromisso na Casa.

O SR. RINALDI DIGILIO – Sr. Presidente, nobre Mesa, queridos convidados, quero externar o quão importante é esta audiência justamente para cuidar desse tema tão importante, que é a moradia na cidade de São Paulo. Moradia que representa dignidade, representa sonho, representa muita coisa em nossa vida.

Eu sei que o Prefeito Ricardo Nunes acabou de apresentar aqui que vão ser entregues mais de 44 mil moradias, mas nós temos de discutir para onde vão essas moradias. Não vão atender simplesmente a Secretaria, a Cohab, mas também é necessário atender os movimentos de moradia e também aqueles que estão em áreas de risco na cidade de São Paulo.

Então, eu quero deixar rapidamente a minha participação, porque eu sei que nós estamos aqui para ouvir o povo, para ouvir vocês. Então, eu quero dizer que nós, da Comissão de Finanças, estamos aqui para ouvir, poder acatar e colocar nessa lei anual do orçamento para que atenda a cada um de vocês.

Fica aqui, então, Sr. Presidente, a minha passagem nesta audiência pública.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Muito obrigado, nobre Vereador Rinaldi Digilio.

Próximo inscrito, Maksuel José Costa.

O SR. MAKSUEL JOSÉ COSTA – Saúdo a Mesa, os nobres companheiros de luta por moradia.

Bom dia a todos.

Vou falar rapidinho sobre a questão do pleito de orçamento para este ano, cerca de 5 bilhões, um dos maiores orçamentos da história da Secretaria Municipal de Habitação. Acho que é inegável que todos os movimentos concordam e aprovam para que os nobres vereadores possam fazer a aprovação desse orçamento. É de fundamental importância que tenhamos esse orçamento para a cidade.

Em defesa do programa Pode Entrar, este novo programa traz esperança para os movimentos, coisa que nós não tínhamos. Nós estávamos apegados a políticas tanto estaduais quanto federais. Temos esperança que essas políticas voltem com força total não só para São Paulo, como para o Brasil. Que tenha o orçamento tanto do Governo do Estado quanto do Governo Federal para a cidade de São Paulo para que nós possamos construir uma cidade melhor para todo mundo. Mas a cidade de São Paulo estava devendo, os vereadores, prefeitura, independente do nome que esteja na cadeira, estavam devendo para os movimentos sociais e para a cidade uma política habitacional que nós pudéssemos vislumbrar a longo prazo, a médio prazo e a curto prazo nossas demandas para serem atendidas.

Sobre a questão da política, de como a Câmara de Vereadores tem de tratar a cidade, acho que tem de voltar a discussão do Plano Municipal de Habitação. Muitos confundem o Plano Diretor com o Plano Municipal e, aí, tinha de ter uma diretriz do Plano Diretor para termos o Plano Municipal, até para definirmos as áreas de ZEIS. Eu acho que é importante começarmos a discutir, nesta Casa, de novo o Plano Municipal de Habitação, porque agora nós temos o programa Pode Entrar. Então, nós temos um programa no município e temos de ter um norte para definirmos gradualmente a questão de recursos, para que acabe essa questão de todo o ano os movimentos virem aqui e terem de pedir esmola. Parece que estamos pedindo esmola. Todo ano temos de pedir: “Olha, tem de colocar no orçamento”. (Palmas) Com a definição do

Plano Municipal de Habitação isso acaba, porque se faz o planejamento da cidade para 10, 15 anos e o que a cidade gradualmente terá de colocar de recursos, atendendo as demandas habitacionais no município de São Paulo. Então, basicamente, é isso.

E o Vereador Sidney está aqui representando o Vereador Milton sobre a questão da Secretaria Municipal de Habitação. Temos de conversar, sim, muito sério sobre a questão do Conselho Municipal. Coloco-me à disposição, como conselheiro desta cidade, para defender a cidade e as nossas políticas habitacionais, para que possamos também fazer os editais acontecerem. Mais um ano acabando, quatro anos de gestão, e nós queremos definir e atender as demandas que estão no movimento, porque se não fossem os movimentos de luta por moradia esta discussão aqui também não aconteceria.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, Sr. Maksuel.

Esta apresentação de hoje, do Dr. Sidney, ainda não é possível colocarmos. Temos as opções de consulta, que estão de forma muito simples. Ficou tudo muito bem feitinho. Parabéns à Assessoria.

O que eu disse a vocês, que pode ser de maneira escrita, pode ser on-line, mas pode ser de maneira escrita, e também consta, para quem quiser dar sugestões. Qualquer dúvida, podem ir nos consultando.

Vamos seguindo. José Carlos Ribeiro. (Pausa)

Em seguida será a Mara Souza.

O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO – Bom dia a todos e a todas.

Meu nome é José Carlos. Eu sou um representante da Leste 1. Faço parte da executiva do movimento.

O Movimento Sem Terra Leste 1 é uma organização da sociedade civil com trabalhadores e trabalhadoras da periferia da zona Leste. O nosso objetivo é sempre lutar por moradias populares e a construção de uma sociedade democrática.

Nós fazemos sempre os nossos trabalhos em regime de mutirão por autogestão, pois

achamos muito importante e necessária a participação da pessoa que vai morar naquele condomínio, naquela moradia.

Atualmente a Leste 1 está desenvolvendo o Mutirão Carolina Maria de Jesus. São 227 unidades próximas ao Metrô Belém.

Nós viemos aqui solicitar que deixem morrer essa ideia. Que consigamos manter recursos, porque nós temos também vários outros projetos aprovados na prefeitura, na Sabesp, na Secretaria do Verde. Então, nós estamos com o ponto inicial para começarmos a obra Martim Jerônimo Alves e Milton Santos.

O movimento Leste 1 já contemplou mais de 3.900 famílias. Então, nós temos uma história de construção, uma história de atividades e nós não vamos deixar essa história terminar. Para isso, nós estamos aqui solicitando que não nos abandonem. Deixem os recursos, coloquem os recursos, mantenham esses aportes porque a construção nós garantimos.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, José Carlos.

Mara Souza. Em seguida, o Luiz Gonzaga da Silva.

A SRA. MARA SOUZA – Bom dia.

Eu vou falar rápido. Cumprimento toda a Mesa.

Na apresentação do Secretário-Adjunto de Habitação, ele eleva muito a quantia que está disponibilizada, que estão pedindo para o orçamento, de 5 bilhões. É um valor bem robusto. De fato, é bastante dinheiro. Só que para quem mora no fundão de todas as regiões, para quem mora na periferia, isso não vai chegar a $\frac{1}{3}$. Não vai chegar a 2% desse valor para quem mora na periferia e por quê? Porque para a regularização fundiária vocês estão colocando o mínimo do mínimo, deve ser o que é obrigado pela lei. Para a urbanização de favelas, a mesma coisa. Ou seja, quem mora nas favelas nunca é contemplado. Nós sempre somos excluídos. E, mais uma vez, seremos excluídos.

Está vindo a época das chuvas, o que vai acontecer? Deslizamento, mortes, alagamentos e aí? Nós estamos dentro desse orçamento? O que vocês planejam para fazer

dentro dessas comunidades? Porque o que foi apresentado aqui - Gaivotas, Cantinho do Céu -, não contempla 1% da população que está lá no fundão da zona Sul. Quem teve a regularização fundiária e recebeu esse título de posse está há mais de seis anos esperando matrícula de cartório. Há seis anos pedindo orçamento e virá mais um ano, serão sete anos, sem dinheiro para matrícula de cartório para saírem os títulos que as pessoas estão esperando na fila há muito tempo, inclusive eu estou nessa fila desde 2017. Já foi publicado no Diário Oficial para sair o título de matrícula de cartório e até hoje nada. E o que a Casa faz? O que a Cohab faz? O que a Secretaria de Habitação faz? Destina dinheiro para isso? Não. Eles se esquecem na hora de fatiar o bolo. E sobra o que para quem mora na periferia? Não sobra nada. Não sobra nada. Nós vamos ter de movimentar todos os favelados e vamos marcar um ato para fazermos gritaria aqui para ver se vão nos ouvir, porque só na audiência eles não estão nos ouvindo. E o que nós vamos ter de fazer? Vamos esperar morrer um monte de gente agora nas enchentes, porque vai chegar a chuva. Já chegou, inclusive. O perigo que está essa mudança climática e nada é feito. Vocês não estão pensando dentro disso. A Elizabeth cuida da área de mananciais.

Tem uma comunidade no Marsilac que está sem água há 30 anos porque em área de manancial de APP e a Sabesp não vai fazer a ligação de água. Gente, é direito. Direito humano isso daqui. Nós estamos lutando com Marsilac... Por que não tem uma legalização? Por que a prefeitura não prioriza o bem-estar do cidadão? Por que tem tanta burocracia? As pessoas pagam os seus impostos. Elas não estão se recusando a pagar uma conta de água ou uma conta de luz para quem tem de viver de gato, porque a Enel não vai ligar uma energia. A Prefeitura tem mais de 35 bilhões em caixa. Ou seja, cinco bilhões não são nada. Tem muito dinheiro para gastar e tem de gastar com o cidadão que precisa de transporte público, com quem trabalha e carrega esta cidade nas costas.

Por enquanto, é isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Mara.

Eu aproveitaria a fala da Mara, quando fazemos as audiências nas subprefeituras, nós não vamos conseguir evidentemente levar todos os assuntos lá, mas acho que habitação é

crucial. Se nós conseguirmos nobre Relator, Vereadores, Secretário-Adjunto levar esse recorte... Por exemplo, nós vamos fazer a próxima... Vai ter Santo Amaro, vai ter Cidade Ademar, Pedreira. Então, seria interessante nós destacarmos nas regionais as subprefeituras que envolvem e quais são os programas habitacionais ali. Pode ser? Vocês conseguem esses destaques para nós?

O SR. SIDNEY CRUZ – Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A área da Assistência também e outras, mas Habitação é uma questão crucial, né.

- Manifestação fora do microfone. Inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É. Nós vamos falar de saneamento. Nós vamos falar de...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Correto. Como sugestão eu peço à Secretaria que nos forneça esses recortes por região, conforme as audiências regionais. O calendário será destinado para vocês. Geralmente são cinco ou seis. São cinco regionais. Dá, na média, de seis subprefeituras por audiência regional.

Vamos seguindo. Luiz Gonzaga da Silva. É o GG. Eu nunca que ia imaginar que é o GG.

O SR. LUIZ GONZAGA DA SILVA – O problema não sou eu. O problema é quem me inscreveu. Não perguntou o meu nome todo, né.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Esse povo, viu. Vou te contar.

O SR. LUIZ GONZAGA DA SILVA GEGÊ – Mas vamos lá. Eu tenho, primeiro, três discordâncias. Quero discordar da minha companheira Mara, do Maksuel e desses volumes que vocês falam, 5 milhões, parece que são grandes coisas. Agora, para quem? Para quê? Para os cabos eleitorais do Governo? Para as construtoras? Porque esse orçamento deveria estar destacado para cortiço, para favela, e não está. Está um montante para quem e para quê? E aí nós já sabemos que é para as construtoras, para os cabos eleitorais do Governo. Essa é uma questão central. Ou se traz destacando para quem e para quê, ou nós vamos ficar eternamente

batendo palmas sem fazer avançar o que mais precisamos, que é a construção de habitação.

Há alguns anos, quando iniciamos a ocupação, na região central, alguns dos que estão presentes diziam o seguinte: você é louco, o povo não pode morar no Centro. Como não? A cidade é para todos e para todas. A cidade não é para meia dúzia não. A cidade é para aqueles que a constroem. A cidade não pode ser para quem não constrói. Então, se nós, pretos, pobres, construímos esta cidade, por que não podemos morar na região central?

Tem de ter dinheiro para investir na questão de atender as famílias que moram e que moravam nos cortiços, que tem gente hoje morando lá em Osasco, em Carapicuíba, Itapevi, porque os cortiços foram fechados e as famílias foram jogadas para fora da cidade de São Paulo. Essa é uma questão.

O Nilton Paz. Foi falado aqui do Nilton Paz. Eu tenho outra história do Nilton Paz, que o verdadeiro proprietário está pedindo a propriedade de volta, porque a Prefeitura não cumpriu com o seu dever. A Prefeitura deixou de cumprir com o seu dever. Essas 195 unidades habitacionais, que estão dizendo que vão entregar no ano que vem é balela. É balela, porque quem me falou não foi menino de recado não. Foi o Secretário atual da SPU. Então, estão pedindo a propriedade de volta por falta de cumprimento da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Diz aqui que está entregando em 2024, para quem? Assim como têm outras propriedades do Governo Federal que estão na mão da Prefeitura, e eles não estão cumprindo de fato com as suas obrigações, com os seus deveres. Isso é um absurdo. Um absurdo, pegam a propriedade da Prefeitura, pegam a propriedade do Governo Federal e não constroem habitação popular para o povo que necessita.

Por isso, meus companheiros, minhas companheiras, aí tenho acordo com a Mara e com o Maksuel, nós temos de acampar aqui na frente, trazer o povo, os encortiçados e acampar aqui. Trazer os favelados e acampar aqui em frente e só sair daqui quando o Secretário de Habitação vier aqui e nos atender, porque o Secretário de Habitação não atende os pobres. Agora, as construtoras, toda hora que a construtora bate na porta ele vai lá e recebe a construtora.

- Manifestação do público.

O SR. LUIZ GONZAGA DA SILVA GEGÊ - Isso é um absurdo. Nós não podemos permitir uma coisa dessas. Temos de nos unir, nos organizar, todas e todos que aqui estão e fazer um grande ato, como disse a companheira Mara, acampar na porta da Prefeitura, acampar na porta da Câmara de Vereadores, que aí talvez eles saibam ouvir.

Agora, ano que vem, nos preparemos, que aí eles vão aparecer nas nossas vilas, nas nossas favelas, nos nossos cortiços, abraçando, agarrando nossas criancinhas, beijando, porque eles querem o nosso voto, mas o povo é ingrato, o povo vota nessa desgraça.

- Manifestação do público.

O SR. LUIZ GONZAGA DA SILVA GEGÊ - Nós temos que aprender a votar, gente. O voto é uma das armas que temos e não sabemos usar. Votamos em pessoas que depois de eleitos esquecem quem votou neles. Mas com isso só a união e a organização da classe trabalhadora. E é por isso que eu, enquanto militante, dirigente da Central de Movimentos Populares; militante e dirigente da União Nacional de Moradia Popular, não podemos deixar de falar essas verdades.

Obrigado a todos e todas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Gegê. Olga Luisa Leon de Quiroga.

A SRA. OLGA LUISA LEON DE QUIROGA – Primeiramente quero cumprimentar todos os movimentos de moradia presentes, que não somos respeitados. Um bom dia, movimentos.

- Manifestação do público.

A SRA. OLGA LUISA LEON DE QUIROGA – Para o senhor e para as autoridades, um bom dia. Estou aqui representando o Movimento de Moradia GARMIC, que é um Grupo de Articulação para Moradia de Idosos da Capital.

Fiquei preocupada, porque não vi nada aqui que se falou de habitação para idosos. O único projeto de moradia para idosos que tem nesta cidade, que está no Pari, Vila dos Idosos, não foi com dinheiro da Prefeitura de São Paulo não, nem com o Governo do Estado. Foi através

do Banco de Desenvolvimento Internacional, que financiou nosso projeto para ter essa Vila, a Vila dos Idosos, onde moram 100 idosos. Tem 145 unidades, 20 estão desocupadas, 10 estão sendo consertadas.

E tenho muitos idosos na rua, idosos que não têm para onde ir, porque hoje em dia os cortiços não querem mais alugar para idosos, porque dizem que ficam doentes, não tem quem cuide. E os alugueis nos cortiços estão na base de 700, 800 reais. Para quem ganha um salário mínimo não fica para comer, nem para comprar remédio, porque a saúde também está deixando muita coisa a desejar.

E aqui, o senhor falou do Pode Entrar. O Pode Entrar, que é a Lei 17.638, de 2021, no art. 9, § 3, Letra “V”, não menciona a porcentagem para idosos. No Estatuto do Idoso, art. 38, fala sobre os 3% de tudo que é construído nesta cidade será destinado para idosos. Gostaria de saber onde estão esses idosos morando, que estão na rua e não têm onde morar.

Então, para a gente, hoje em dia o idoso, em São Paulo, está abandonado. Está morando na rua. E tem mais, aquele idoso que foi para a Cohab, CDHU, na zona Leste, Oeste, Norte, Sul, está saindo de sua moradia porque aquela moradia não tem elevador. Quem mora no quarto andar, está com 90, 80, 85 anos, não tem condições de subir quatro lances de escada.

Então, a situação cada vez está pior. E a gente procura. Essa Vila dos Idosos foi inaugurada em 19 de agosto de 2007. E desde lá para cá nada, mais nada se fez para o idoso. E nós estamos aqui porque queremos escutar, queremos saber, com tanto dinheiro para habitação, o que vocês vão fazer para o idoso. E se vocês vão continuar ignorando, ou nos vão respeitar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Dona Olga. Raimundo Bonfim. Depois, Dorival França.

O SR. RAIMUNDO BONFIM – Quantos minutos eu tenho, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Três minutos, Raimundo, um pouquinho a mais, um pouquinho a menos não afeta.

O SR. RAIMUNDO BONFIM – Bom dia a todos e a todas. Eu fiquei curioso com a pergunta do Manoel, da questão dos recursos de operações de crédito. Presidente, seria possível abrir uma exceção para o Relator ou o Secretário explicar, porque isso é muito importante.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RAIMUNDO BONFIM – Não. Eu sei, mas porque na questão que o Manoel levanta.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RAIMUNDO BONFIM – Tá. Bom, então vamos lá. Bom dia a todos e a todas, eu quero parabenizar a presença de todos os movimentos. Vi a nossa querida ULCM, com grande quantidade de pessoas. Movimentos da União dos Movimentos de Moradia, da região Sul; o pessoal da região Sudeste; MMC; também vi alguns companheiros e companheiras da Frente de Luta por Moradia, enfim, vários movimentos populares. Parabéns pela participação, o plenário lotado, isso significa que esse tema é muito importante.

E dizer o seguinte, se nós aqui não tivéssemos já um pouco de experiência, nós iríamos acreditar que estávamos no céu de brigadeiro. Nós íamos acreditar que todos os problemas de habitação na cidade de São Paulo estariam resolvidos neste ano de 2023 e em 2024. Mas não é assim, Secretário, sabemos da nossa luta e da nossa dificuldade.

Primeiro, é importante dizer que esta cidade sofreu com o golpe dado em âmbito nacional, porque tínhamos o programa Minha Casa Minha Vida, que funcionava até 2016. E infelizmente o Município naquele período das gestões, não só do Haddad, mas as outras anteriores, estavam dependendo nos últimos anos dos recursos do Governo Federal, do programa Minha Casa Minha Vida. Não tinha um programa de habitação na cidade de São Paulo.

Pois bem, em 2015, a gestão do Prefeito Haddad fez um processo de seleção. Selecionou terrenos, comprou, adquiriu, disponibilizou terrenos, várias das entidades que estão aqui foram para o processo de seleção. E foi selecionada a construção de 12.300 unidades através das entidades dos movimentos de habitação. O que aconteceu? O Haddad não foi eleito, veio o golpe na Presidenta Dilma, e estamos há quase oito anos depois. Agora, que estamos

iniciando as primeiras construções daqueles terrenos que foram selecionados em 2015. Estou mentindo ou estou falando a verdade?

- Manifestação do público.

O SR. RAIMUNDO BONFIM – E por que esses programas estão agora iniciando a construção? Porque o movimento de moradia, o Conselho Municipal de Habitação - parabeno todos os conselheiros e conselheiras que estão aqui, na pessoa da companheira Fátima – pressionaram e a Prefeitura foi sensível na época, criaram o Programa Pode Entrar, em setembro de 2021. A cidade de São Paulo, como não tinha um programa, dependia antes do programa Minha Casa Minha Vida, deram o golpe e acabaram com o Minha Casa Minha Vida, não tinha programa, não tinha nem como colocar recurso no programa. Foi em setembro de 2021, quando foi criado o Programa Pode Entrar que com muita luta, como a Fátima falou, atrasando medições, apesar da Prefeitura, o Prefeito de São Paulo dizer que tem 35 bilhões de reais em caixa, está atrasando a medição de programas do movimento de moradia a entidades. Isso é um absurdo. É incrível dizer que tem 35 bilhões de reais e está atrasando medição de projetos que estão todos feitos, apesar da burocracia, o movimento consegue fazer tudo.

Quero dizer que é muito importante, pessoal, termos a compreensão de que a construção de moradia popular é muito importante. Mas o Município, nós, não podemos atuar só com a construção de moradia popular, como bem disseram aqui vários companheiros e companheiras, o orçamento para a área de regularização fundiária e urbanização diminui. Isso é um absurdo. Quer dizer, nós temos sérios problemas, se formos pegar para além do déficit de habitação, Presidente Jair, na cidade de São Paulo, que é grande, mas temos um volume de problemas sociais na área de regularização, urbanização de favelas e abaixam os recursos.

Então, é celebrado aqui o aumento de recurso, é bom aumentar os recursos, mas ele não está distribuído de forma adequada, de forma equânime, para que possa contemplar todos os problemas. É importante construir casa, mas não pode, porque senão vamos denunciar, está avisando que vai construir casa em véspera de ano eleitoral. Todo ano vem a discussão, viabilizamos tantas moradias e não sei o quê, vai resolver o problema, passam as eleições e não

resolve.

Então, Presidente Jair e Relator, a nossa sugestão é de que olhem esses recursos e possam fazer um processo, nós nos dispomos, inclusive, a contribuir. Vários movimentos aqui com posições políticas, partidárias, ideológicas diferentes, mas é preciso pegar esse orçamento e distribuir de forma mais adequada para atender os diversos problemas da cidade de São Paulo, que é a construção de moradia popular, é sim. Mas é a urbanização de favela, é a reorganização, regularização de bairro, é ter um programa voltado para os cortiços. Não se fala, deveria ter, eu não sei se tem, mas eu olhei aí, não tem uma rubrica destinada para um programa de cortiço na cidade de São Paulo. Isso é um absurdo.

A cidade de São Paulo não tem um programa que dialogue com a população em situação de rua que aumenta na cidade. Inclusive, o Programa Pode Entrar precisa ser melhorado, porque não é justo uma pessoa com 50, 60 anos, adquirir uma casa e ficar 30 anos pagando uma prestação. A pessoa vai ficar com 90 anos, Dona Olga, e não consegue pagar a prestação porque são 30 anos de prestação.

Então, vamos melhorar esse orçamento. Vamos melhorar, aperfeiçoar as prioridades dele. Viva a luta dos movimentos populares. Viva a moradia. Viva a participação popular.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Raimundo. Dorival França.

O SR. DORIVAL FRANÇA – Bom dia a todas e a todos, quero cumprimentar todos os Vereadores na pessoa do nosso Presidente; cumprimentar também a Secretária Elisabete França, representando a Secretaria; da Cohab não tem ninguém?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. DORIVAL FRANÇA – Tem, está bom. Bom dia, como falei, a questão da moradia popular sempre está na ordem do dia. Infelizmente, temos que nos organizar e vir a estas plenárias para pedir mais recursos. E os nossos Vereadores têm que fazer um esforço para que se tenha mais recurso, principalmente para o Pode Entrar, que defendemos. Represento o Movimento da CASP, e nós temos três empreendimentos para serem aprovados, que já passaram por SMUL, por Cohab e por Sehab. E quero fazer uma referência ao Prefeito

Bruno Covas e aos Vereadores que aprovaram o projeto junto com os movimentos, e ao Secretário João Farias, que sempre fazia esse atendimento. E hoje, infelizmente, a Secretaria não está nos atendendo.

E quero propor aos Vereadores desta Casa que convoquem os titulares, o cara da caneta, para atender os movimentos junto com o Conselho de Habitação, para desenrolarmos. Parece que não atendem os movimentos, atendem as empresas e não atendem os movimentos. Então, quero fazer essa reclamação, Vereadores, e vocês têm o poder, representam o povo da cidade de São Paulo, para convocarem esses cidadãos, com todo o respeito, para virem aqui conversar com o povo, junto com o Conselho.

E para vermos, tem recurso? Qual é o prazo para construir essas moradias? Nós estamos no mês de outubro, nós temos três meses para acabar o ano, não é isso, outubro, novembro e dezembro. Então, tem que fazer um planejamento. Tem projeto nosso lá que está em análise, já encaminhei o projeto ao Executivo. Se não der para funcionário fazer, contrata uma gerenciadora para agilizar, porque o povo quer moradia, o povo quer regularização fundiária, só que precisa que essas coisas saiam do papel.

Nós estamos aqui brigando e pedindo aos Vereadores da cidade de São Paulo, a maior cidade da América Latina, o terceiro maior orçamento do Brasil, que isso seja colocado em prática. Os Srs. Vereadores têm esse poder, porque fiscalizam o Executivo.

Para finalizar, eu queria agradecer mais uma vez ao povo que veio até aqui. Um forte abraço a todos.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Tem a palavra a Sra. Vera Lucia Padilha, representando o ULCM.

A SRA. VERA LUCIA PADILHA – Bom dia a todos e todas. Eu faço parte da Coordenação da ULCM – Unificação das Lutas de Cortiço por moradia. Lutamos por moradia no centro da cidade e região.

Primeiro, quero dizer que a gente não invade, a gente ocupa o que é nosso, porque

existem milhares de prédios na cidade de São Paulo sem função social da cidade e da propriedade. Então, a gente ocupa para que vire moradia digna com qualidade de vida melhor. Moradia é um direito humano, está na Constituição, e a gente tem que fazer essa luta acontecer.

O Programa Pode Entrar não foi de graça, porque o Prefeito é bonzinho. Essa foi uma luta do movimento de moradia, da união do movimento popular do interior e de São Paulo, foi uma luta da população que, em governos passados, ficou sem programa habitacional.

Por isso, a gente lutou por programa habitacional da Prefeitura e do Governo do Estado. As três esferas do governo têm que dispor de programa habitacional para a população. E parceria público-privada não tem que ser privada, tem que ser popular, porque parceria privada beneficia só os ricos. Esse investimento grande não pode só beneficiar a construtora, ele tem que beneficiar o pessoal de baixa renda.

A OLCM, assim como outras entidades que já falaram, tem três projetos de habitação pelo Pode Entrar: a obra do Carlos Marighella, um projeto ao lado da Praça Princesa Isabel, com 25% de obra executada, que a gente acompanha todo mês para que a Prefeitura não deixe a gente na mão, porque não podemos ficar com obra parada. As famílias já esperam demais, então essa é a nossa preocupação. Algumas entidades têm problema para receberem as medições, então nós temos que ficar de olho e ir para cima mesmo da Prefeitura. A segunda obra é no Palmares, em Santana, com 100 unidades. Nós já fizemos tudo, está tudo bonzinho com a Prefeitura, só estamos esperando o Secretário de Habitação assinar o documento que já está na mesa dele, porém ele não assina.

Essa é a nossa luta, para que seja assinado o Termo de Cooperação. Assina o documento, Secretário! Só falta assinar o Termo de Cooperação para contratar. As famílias não aguentam mais esperar. Anos e anos, estamos lutando. E quando vem o Programa, ele traz essa dificuldade para a gente. E não é por falta de estarmos lá, não. E ele sempre manda o Secretário Adjunto.

Esta semana, a gente esteve lá com a comissão. A gente só quer respeito. Se já tem o Programa, o mínimo que tem que ter é respeito com a população, porque a gente está lá

cumprindo, fazendo tudo direito, usando o dinheiro em moradia digna para as pessoas.

Estamos também com a obra do José Bonifácio. Esses três empreendimentos estão no Programa Pode Entrar. As pessoas têm que saber que existe muito terreno para entrar nesse programa. E também tem que resolver a questão dos gastos em asfalto. Como gastam com asfalto em rua onde não tem nem esgoto ainda e quando chove enche mais.

Enfim, que pena que não dá para falar mais, porque tem muita coisa para falar.

Obrigada. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok, muito obrigado. Assina, Secretário. Depois ele vai falar.

Tem a palavra o Sr. Miguel Gomes Lima.

O SR. MIGUEL GOMES LIMA – Bom dia a Mesa, a todos. Já que estamos tratando de orçamento, está na hora do Prefeito se posicionar contra a privatização da Sabesp, porque se isso acontecer nós vamos perder todo o recurso do FMSAI, que é quase igual ao valor do Fundurb. Então, está na hora do Prefeito se posicionar.

Nunca vi um administrador que quer perder recursos para a cidade. Se o Prefeito não se manifestar contra e continuar na aba do Governo do Estado, a cidade vai perder recurso do FMSAI, que é superimportante para a cidade.

O Pode Entrar é um projeto importantíssimo que a Câmara votou. Antes disso, ele passou pelo Conselho: quase um ano de discussão dos movimentos sociais para chegar até a Câmara. Então, o Conselho foi relevante nisso.

O Pode Entrar, na verdade, não é programa, porque programa é só chegar um, dar uma bica, que acaba. É assim que funciona no Poder Público. Cria-se um programa, o outro vai lá e acaba e assim que funciona. O Pode Entrar é lei. Não importa quem será o Prefeito daqui a um ano, ou vinte, ou trinta, ele tem que cumprir, é lei. Agora, a habitação na cidade de São Paulo é lei; acabou o puxadinho.

E quando se fala num recurso desse tamanho, é muito dinheiro. Mas pensando no

tamanho do valor que a Prefeitura tem em caixa, de R\$ 35 bilhões, não é nem 1/3.

Todo mundo aqui tem expressão de voz a falar. Mas eu não ouvi, em nenhum momento, sobre recurso para resolver o problema da população invisível da cidade de São Paulo, que são os 52 mil moradores de rua. Por mais que eles não votem e são invisíveis na cidade de São Paulo, eles são habitantes da cidade e precisam estar no orçamento. O que a Prefeitura vai fazer para habitar a população de rua?

E as 40 mil unidades habitacionais adquiridas, ou seja, compradas das construtoras, serão destinadas para quem? Não está claro para quem serão destinadas. Precisamos saber.

Outra grande questão: não vem falar das PPPs como programa de habitação. A quem atende a PPP? Alguém da Faixa 1, que ganha um salário mínimo, é atendido pela PPP? Sabe por que não é atendido? Porque não tem condição de pagar a prestação, nem o condomínio e vai ser excluído e reintegrado nos primeiros momentos. PPP não é habitação.

Todo mundo conhece onde era a usina de asfalto. Foi concluída a PPP lá. Para quem? Mostra se alguém que ganha salário mínimo está morando lá. Enfim, há muitas coisas a falar, mas eu queria deixar só um recado para a Secretaria, como Conselheiro: Quando vier o orçamento da Habitação, respeito o Conselho, passem pelo Conselho da Habitação, que está sendo desrespeitado. O calendário de reunião monta reunião *on-line*, derruba a reunião, para que o Conselho não seja ouvido. Nós não somos de faz-de-conta, nós queremos ser ouvidos.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sr. Miguel.

Tem a palavra o Sr. Gonçalves de Almeida.

O SR. GONÇALVES DE ALMEIDA – São Paulo tem muitas casas vazias e muita gente sem casa.

De acordo com o artigo VIII do Estatuto da Cidade, todo e qualquer imóvel, em cinco anos, que não contribuir com o IPTU tem que ser leiloado. E nós temos mais de 300 mil moradias, entre prédios e casas, salão, que há 30, 30 anos não pagam impostos.

Por que esta Comissão não faz com que a Secretaria de Habitação desaproprie

esses imóveis para dar moradia ao pessoal? No centro da cidade, muita gente está sendo expulsa dos carrascos que estão cobrando aluguel tão caro e está indo para a periferia. No Rodoanel, estão 6.000 famílias sem água e sem luz, porque ficaram sem condições principalmente depois da pandemia. Muitas pessoas ficaram desempregadas e correm para a periferia. E muitas pessoas estão morando em áreas de risco porque não se faz contenção no orçamento. A única administração que fez contenção foi da Erundina. De lá para cá, nada.

Muitas obras estão paradas e as pessoas não têm onde morar, estão morando na beira das represas, em áreas de risco. Então, nós temos que destinar uma porcentagem, uns 30%, que seja, para moradia digna.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sr. Gonçalves. Tem a palavra a Sra. Firmina Alves da Silva, da Ocupação Liberdade.

A SRA. FIRMINA ALVES DA SILVA – Bom dia. Eu sou da Ocupação Liberdade, da Rua da Glória, e nós somos umas 100 pessoas e estamos há 10 anos lá. Mas agora o bicho pegou. Foram lá e falaram: Tem que sair em 72 horas. Ok, para onde?

O que fizemos? Corremos atrás. Pedimos ajuda, orientação. O Sr. Gonçalo tem nos orientado, tem dado a maior força. Eles queriam que nós saíssemos e não pensaram nas escolas das crianças, não pensaram na pessoa que precisa de médico, que está inscrita no posto ali perto; nada disso. A verdade é: “Sai, se manda. Aqui está em risco”.

Estamos em risco, claro. Só que nós vamos continuar no risco. Vamos para a rua? O que eles nos ofereceram? Quatrocentos reais de auxílio-aluguel para pagar o aluguel onde? Um quarto com banheiro, ou sem banheiro, custa de R\$ 800,00 a R\$ 1.200,00. O que fazemos com R\$ 400,00? Nada. E fica sem morada, sem comida, passando fome e ficamos nesse desespero.

Estamos aguardando, vamos a todas as reuniões.

Pedimos reunião com o Secretário, só que ele não vai. E aí? Faz, sim. Faz. Só que ele não vai. E aí? O que eu vou fazer? O que o meu povo, lá dentro, junto comigo, vai fazer?

- Manifestação do público.

A SRA. FIRMINA ALVES DA SILVA – Gente, nós somos de um país rico. O nosso Brasil é rico. Nós não estamos pedindo esmola e nem pedindo favor. Tem dinheiro em caixa. Tem dinheiro, sim. Vamos dar moradia digna para aquele que precisa. Nós construímos São Paulo.

Eu cheguei nesta cidade moleca; hoje, sou coroa. Nunca parei de trabalhar. Claro. Sou nordestina.

- Manifestação do público.

A SRA. FIRMINA ALVES DA SILVA – Sou do Nordeste. E eu quero solução para o prédio da Rua da Glória, na Liberdade, 875, por favor! Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O último orador é o Sr. Osmar Borges, da Frente de Luta por Moradia.

O SR. OSMAR BORGES – Bom dia a todos os companheiros e companheiras.

Quero cumprimentar os nobres Vereadores, Secretaria de Habitação, a Bete França, que faz tanto tempo também que não a vejo.

Eu queria rapidamente dizer que nós sempre tivemos uma luta histórica na cidade de São Paulo, que é a luta pelo direito à cidade, o direito de os mais pobres terem acesso à moradia. E sempre que nós discutimos o orçamento, nós o discutimos como se fosse mercado. E a grande maioria dos trabalhadores, dos seus sem-teto, é de trabalhadores que ganham de um até dois salários mínimos. E não dá para discutir o orçamento pensando que o recurso destinado à Secretaria de Habitação vai resolver somente o problema do mercado, nós temos que resolver o problema da falta de habitação, e enfrentar os principais desafios que esta cidade tem.

Você deve estar se moendo lá na Secretaria de Habitação, porque reduziu em mais de 200 milhões o orçamento de mananciais. É um corte enorme. E quem sofre nessas áreas de mananciais, a maioria, são as pessoas pobres, que ganham de um até dois salários mínimos. E a outra questão também é a urbanização de favelas, que teve um corte de 133 milhões. Ou seja, encolheu o recurso de investimento em urbanização de favelas. A regularização fundiária, que

também é uma luta, sofreu um corte de 30 milhões. E sabemos que 70% da cidade de São Paulo é construída de forma irregular, 30% são áreas regularizadas.

Eu estou trazendo esses dados porque é importante. Quando olhamos o orçamento, falamos “ah, tem cinco bilhões para a Secretaria de Habitação, ou um pouco mais de cinco bilhões”. Mas como vamos gastar esse dinheiro?

O Fundo Municipal de Habitação teve um corte de 87% onde tem controle social, participação dos movimentos sociais. Ou seja, nos espaços de controle espacial houve corte de dinheiro, e o dinheiro foi colocado somente onde não há participação social.

Então, é importante que fortaleçamos o Fundo Municipal de Habitação; e que os conselheiros municipais tenham o papel fundamental de fiscalizar a aplicação do recurso destinado à habitação, principalmente se ele está chegando na ponta, na periferia, nos investimentos, tanto em aquisição quanto em novas edificações.

Tem a lei do Pode Entrar, mas essa lei deveria ter uma rubrica específica dizendo “Vamos gastar 40% do orçamento em produção de unidade habitacional em parceria com as entidades na aquisição, na reforma e na construção de novas unidades”. Isso é orçamento participativo. E todos os governos, sejam quais forem, têm que aprender a lidar que essa história de São Paulo ter política de habitacional nasceu nos anos 80, quando não havia nem programa de habitação nesta cidade. Ainda fazíamos autoconstrução – o governo dava o lote urbanizado, e nós, final de semana, íamos junto com as famílias construir a nossa casa.

Então, se existe autogestão, se existe política de habitação, se existe plano diretor, se existe estatuto da cidade, se existem todos os instrumentos de política urbana nesta cidade e no país, foi construção da luta dos movimentos sociais que estão aqui nesta cidade desde a década de 70 e que se espalhou por este país. E eu não estou falando se é governo a, b ou c – os governantes têm um papel fundamental –, estamos falando de dinheiro público. E o máximo que o dinheiro público tem que ter é transparência. É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu vou passar ao Vereador Manoel; em seguida, ao nobre Relator; depois, para as conclusões, ao Dr. Sidney.

Vamos falar da Sabesp.

Tem uma previsão para o ano que vem de mais de 600 milhões no *cash*, que é 7,5% do faturamento. Olhem o que significa a Sabesp para São Paulo. Representamos 47% da Sabesp. Sem contar que tem muitos municípios pequenos que nós ajudamos, que é o subsídio cruzado. Então, o absurdo da possível privatização é maior do que imaginamos. Ou seja, somos solidários aos municípios menores. Aí, neste ano, 443 milhões já empenhados, sendo 228 milhões com habitação. Ok. Agora, o que eu quero, Sidney, entender é o seguinte: para urbanização de favela, este ano, foram trabalhados apenas 48 milhões. E companheiros colocaram: “Nós estamos com a conta aberta”. Foi o que eu disse. Quando abrimos a primeira do orçamento, o Secretário coloca: “Vai tanto para a habitação, tanto para a saúde, tanto para a cultura”. Então, hoje, abrimos essa conta, não é isso? E percebemos, nas falas, que está concentrado. Quase todas as falas. Ou seja, não se estica, se concentra. A última fala do Osmar foi que se criou um instrumento pelo qual, necessariamente, o conselho não fiscaliza. E é muito importante ouvirmos isso. É muito bom ouvirmos que temos o maior recurso da história da habitação, mas está claro que há uma concentração.

Essa coisa de que se comprava o apartamento, o Executivo sempre fala que foi combinado com vocês, porque são vários quesitos. De fato, um dos quesitos pode ser, ok? Autogestão é um. Essa de comprar pronto também, claro, é um dos quesitos. Eu estou percebendo que há uma prioridade nesse modelo. É isso?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Aí, sim, temos que ir para o debate, que eu acho que está sendo muito proveitoso.

Então, Secretário, basicamente, eu quero ver essa coisa da Sabesp, como vamos utilizar isso na questão da urbanização, porque eu acho muito tímido. Vemos algumas coisas.

Por exemplo, eu vou lá no Doroteia, lá no Abacateiro – Sidney conhece, nasceu ali – , e, lógico. Falamos: “Despoluição do rio Pinheiros”. Isso é importante. Você vai lá no São Luís... Ali está até mais perto, mas, quando você pega do Abacateiro, quanta distância, Vereador

Sidney, para chegar até o rio? Você fala: “Mas que despoluição do rio aqui”, não é, Elizabeth? Aí, começamos a entender. V.Sa. é uma craque experiente nisso. Então, são ações que poderiam ser de uma maneira mais arrojada. E é por isso que eu estou citando, porque esse dinheiro poderia ser uma coisa totalmente empregada para esse tipo de... Obviamente, tem moradia em cima que tem desapropriação. É uma coisa que precisamos esmiuçar. E separar mais itens para o orçamento é a grande necessidade que eu vi vocês colocando aqui, e não centralizar de tal forma.

Ninguém está achando ruim ter tanto dinheiro.

Eu confio que vocês vão entregar 70 mil. Eram 50 mil, virou 70 mil. Eu também. Não sou pessimista. Eu confio que 21 mil que está no aluguel social vai sair. É promessa. Claro que eu confio, porque, se eu não confiar, eu cobro, fica fácil.

Depois, Secretário, a Olga colocou que tem a questão do idoso, as cotas. Vocês também trabalharam juntos. Mulheres em situação de violência, vítimas de situação de violência, PCD. Nós precisamos dessa ação rápida e dessa descentralização.

Então, basicamente, a minha pergunta é essa.

Esse valor é da Sabesp. E isso fora 13% que a Sabesp fatura, que é o investimento que ela tem que fazer na cidade de São Paulo. Isso dá em torno de quanto? Eu já esqueci o valor.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não, 600 é o que entra, que ela dá, mas o investimento dá um bilhão; fora 600 que eu estou dizendo que é no *cash*. É assim que fala. Então, eu começo, desde já, a dizer que a privatização de um dos melhores serviços públicos que nós temos. Vamos falar a verdade: alguém tem algum problema com a Sabesp, gente?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Aí, se privatizar, eu não vou dizer que vai baixar nunca. Ou a Enel serve como exemplo, não é isso? São as observações que eu coloco aqui.

Eu passo a palavra ao Vereador Manoel Del Rio; em seguida, ao nobre Relator; e ao

Secretário Adjunto, para as considerações finais.

Você viu que hoje nós estamos educados, não é, Sidney?

O SR. SIDNEY CRUZ – Certamente.

O SR. MANOEL DEL RIO – Obrigado, Presidente.

Eu queria fazer algumas observações.

Primeiro, dizer que a moradia é o programa social de inclusão social mais completo.

O problema da exclusão social se dá justamente nas famílias de menor renda. E tem uma máquina que exclui grande parte dos moradores de São Paulo da moradia. Então, a moradia é um programa social, na verdade, de inclusão social. E para que seja um programa de inclusão social, precisa de investimento público. O PPP não é um programa habitacional social, o Poder Público deveria descartar esse programa como investimento em moradia popular, porque precisa de recursos para investir no programa de moradia social.

Então, eu sinto que o que precisaria estimular e ampliar é a parceria do Poder Público com as organizações sociais, com os trabalhadores organizados. Isso porque os trabalhadores organizados e as organizações sociais fazem um programa de reinserção das famílias na moradia e na cidade. A moradia não é uma questão de fazer habitação e entregar para fulano ou beltrano, isso não dá certo no meio social. Ela ajuda, resolve o problema de uma família aqui e tal, mas não contribui com a inclusão das famílias na cidade. O processo de construção precisa ser em parceria com as famílias organizadas, com os trabalhadores organizados. Os programas habitacionais onde é feito isso têm dado muito certo. Então, eu acho que deveria ter outros programas, porque o Pode Entrar não contempla.

Por exemplo, a população em situação de rua. Tem o projeto Vila Reencontro, que precisa ser ampliado para a população em situação de rua. Tem locação social, outro programa. E o pessoal do movimento sabe que tem alguns casos em que a família não consegue entrar nem no Pode Entrar. Então, tem que ter um programa também de locação social, um programa para a população em situação de rua. E, principalmente, esses programas estarem nas regiões urbanizadas, nas regiões onde a família já se inclui.

Eu sei que agora estamos vendo o orçamento. E diante dessa situação, eu queria ter a segurança de que os dois milhões e meio que são de operação de crédito estariam garantidos no orçamento; porque, se não conseguir o crédito de dois milhões e meio, o orçamento vai ser reduzido para três bilhões, mais ou menos. Então, eu queria ter essa garantia. E, se não tiver o crédito, que o Poder Público coloque esses dois milhões e quinhentos para manter esse orçamento da moradia.

O programa Pode Entrar é um bom programa, está realizando bastante coisa, mas é insuficiente. Então, é preciso que existe uma parceria com o Governo Federal para trazer o Minha Casa, Minha Vida para São Paulo. E como a Prefeitura poderia agir para trazer o Minha Casa, Minha Vida? Mapeamento das terras da Prefeitura – a Prefeitura entra com a terra e procura o financiamento do Governo Federal. E também [financiamento] do Governo Estadual, que não está fazendo uma casa. Não tem uma moradia feita pelo Governo Estadual. Então, o Governo Estadual também teria que entrar nesse programa de moradia. Somando-se o *Pode Entrar*, Governo Estadual e o Governo Federal, teríamos três vezes mais, talvez, a produção habitacional do que vamos ter somente com o Pode Entrar.

As pessoas que moram em São Paulo são paulistas, paulistas e brasileiras, elas não são somente da Prefeitura, elas são de todos os órgãos públicos. Então, seria preciso evoluir essa questão de somar com outros níveis de governo.

E sugiro que a Prefeitura começasse a organizar os chamamentos, porque o chamamento do que está sendo feito agora de moradia em parceria com as organizações sociais foi feito lá atrás. E essas coisas não são rápidas. Então, seria preciso abrir chamamentos o mais rápido possível, para já começar a plantar outros projetos.

Por fim, eu vou apresentar uma emenda no nosso processo do orçamento para que possamos fazer, em São Paulo, um grande projeto do Nenhuma Mulher sem Casa. E peço a contribuição do Relator e do Presidente desta Comissão, e também do governo, para que acolham essa nossa emenda, para que possamos fazer um grande projeto habitacional.

Sabemos que “a maioria dos projetos habitacionais são mulheres”, mas nós podemos

ter uma ação específica, com um grande projeto habitacional do Nenhuma Mulher sem Casa, procurando acolher os diversos grupos de mulheres organizadas em movimento social para que tenham atendimento especial num projeto como esse. Eu acho que encaixa.

O Pode Entrar está com um programa de 20 a 22 mil moradias; nós podemos ligar com o Minha Casa, Minha Vida. E podemos fazer um grande projeto habitacional do Nenhuma Mulher sem Casa. E vou apresentar essa emenda no decorrer do processo.

Muito obrigado, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Manoel Del Rio.

- Manifestações da plateia: “Nenhuma mulher sem casa; sem justiça não há moradia”.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O nobre relator Vereador Dr. Sidney Cruz foi relator do orçamento para este ano. Eu estava falando com a Elisabete que o orçamento... há quanto tempo você está mexendo com os mananciais? Eu fui reclamar com ela que o orçamento baixou, entendi que ela falou algo meio assim: “vocês se virem por aí”. (Risos)

Mas a gente verifica algumas defasagens. Quero dizer que a peça orçamentária, como vocês sabem, ela se torna um substitutivo feito por esta Casa. No ano que passou, o Vereador Dr. Sidney Cruz atendeu todos os movimentos. Tenho a certeza de que, neste ano, também terá essa capacidade de ouvir todos os movimentos em todas as áreas.

O desafio é grande. Hoje elencamos alguns pontos que ficaram, de fato, muito defasados e conseguimos identificar, mais ou menos, o que o governo pretende. O tempo passou e, agora, corremos contra o tempo. Esse é o meu pensamento.

Então, vamos deixar que o nobre relator pegue essa peça que veio com a nossa equipe do CTEO e a transformem o máximo possível. É isso?

Tem a palavra, nobre Relator.

O SR. SIDNEY CRUZ – Sr. Presidente, é uma tarefa difícil.

No ano passado, tive a oportunidade de figurar como relator do orçamento. Fizemos um trabalho exercendo um ouvidório, como eu falei, ouvindo todos os movimentos nas audiências temáticas e estamos começando, novamente, essa mesma trajetória para o ano de 2024.

Ouvi, atentamente, a fala de todos, com participações importantíssimas. Teria muitos assuntos para pontuar. Vou começar pelo fim, Sr. Presidente.

Com relação à fala do Manoel sobre um tema que preocupa a cidade de São Paulo que é a possibilidade da privatização da Sabesp. É um tema que tem tudo a ver com moradia.

Quero antecipar que, no último Colégio de Líderes, o Presidente desta Casa Vereador Milton Leite falou a respeito desse tema. Nós, Vereadores, havíamos procurado o Presidente com a nossa preocupação porque o governador encaminhou na PLOA – estamos discutindo a PLOA do Município, e ele encaminhou a Peça Orçamentária do Estado da qual constam os valores com a privatização. Ou seja, é um assunto que está avançando em nível estadual.

Aqui no município, não se pode ficar à revelia desse assunto. A Sabesp vende dois produtos: água e esgoto. Sabemos que o tratamento de esgoto nunca foi feito a contento. Nós temos duas represas importantes, na zona Sul Billings – do lado da comunidade onde eu cresci - e Guarapiranga. Essas represas são a nossa caixa d'água potável não só da cidade de São Paulo, mas da Grande São Paulo também.

Eu até quero antecipar: quero apresentar – sou proponente - a proposta de uma comissão de estudos para se avaliar o passivo do trabalho não feito pela Sabesp. Digo isso para tentarmos visualizar, de forma figurativa, todo lodo de fezes que chega a essas represas é por omissão da Sabesp. Nós sabemos disso. Esta Casa tem a obrigação de fazer essa avaliação dentro desse contexto da possibilidade, isso não quer dizer que somos a favor ou contra, é preciso analisar isso e apresentar o passivo. Essa dívida quem vai pagar?

Caso isso venha acontecer, se não for feita uma apresentação, quem adquire não se compromete.

Quero propor essa comissão de estudos para avaliar o passivo. Quero aproveitar e pedir ajuda da Bete. Ela conhece muito sobre o assunto. Todas as contribuições serão muito bem-vindas.

Ouvi atentamente. Têm vários pontos em que cabem uma fala do relator. A

preocupação do nobre Vereador Manoel Del Rio com as pessoas em situação de rua, os mais vulneráveis ou os vulneráveis dos vulneráveis.

Nós estamos com o programa Pode Entrar, um projeto de lei que foi aprovado em 2021, que teve todo amadurecimento de um processo natural – o Secretário Adjunto mencionou que 20 mil unidades já estão licenciadas, num planejamento de 40 mil unidades que serão entregues. Tivemos o projeto em 2021, 2022 e 2023. É natural o curso desse programa.

Espero, com a participação de todos vocês, porque nada se constrói na vida pública sem a participação popular. Eu tenho essa premissa. E me coloco como relator, à disposição de todos. É óbvio que não vamos conseguir atender e resolver tudo, porque, se não é mais mentiroso contanto história. Isso não me cabe.

Então, coloco-me à disposição.

Nós temos, Vereador, o programa Reencontro que foi entregue na semana passada do Pari – 100 unidades. Serão atendidas 400 pessoas. Temos o programa Reencontro que está bem avançado perto da Ponte do Socorro. Vou entregar um pouco a minha idade: onde ficava o Asa Branca antigamente, quando eu era bem mais novo.

Então, estamos avançando. Quero dizer a vocês que não é fácil, mas fico muito feliz com o processo que vem sendo construído.

Sr. Presidente, Secretário Adjunto, quero que vocês saibam que, dentro do possível, vamos olhar para os mananciais, porque não dá para esquecermos, temos que aumentar essa dotação. Se aceitarmos os valores que nos são encaminhados, sem fazermos os ajustes necessários, que esta Casa tem a liberdade como Legislativo.

É para isso que estamos aqui hoje: para ouvi-los e, dentro do possível, fazermos os ajustes necessários como foi feito em 2022 para 2023.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Viajarei hoje e ficarei fora durante 10 dias. Acompanharei e deixarei toda a minha assessoria à disposição das duas audiências que teremos. Quando eu voltar, assisti-las-ei. Podem contar comigo, porque essa luta não é só de vocês. Essa luta é nossa. Estamos juntos.

Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, nobre relator.

Muito bem.

Passo a palavra ao nosso querido Dr. Sidney Nery, Secretário Municipal Adjunto de Habitação.

O SR. SIDNEY NERY – Primeiro, quero agradecer a presença maciça e a participação de todos.

Quero dizer o seguinte: escuto todas essas críticas hoje de modo construtivo e com sabedoria. Com sabedoria, vamos absorver os pontos positivos e, com prudência, vamos caminhar para a solução.

Gostaria de pedir, também, pela ordem, Sr. Presidente. Foram interpostas muitas perguntas ao mesmo tempo, sobre diversos temas, diversas pessoas se manifestaram. Eu não tenho ninguém para acompanhar para mim pergunta por pergunta. Então, se eu deixar de responder ou considerar qualquer questionamento, por favor, o façam, repitam, peguem as Notas Taquigráficas, disponibilizem para que tenhamos a oportunidade de, pelo menos, poder falar sobre o assunto, Presidente. Tudo bem? Muito obrigado pela atenção de todos.

O trabalho de uma Secretaria é feito sempre em conjunto, equipe. Eu gostaria de convidar a participar da mesa, se me permitir, alguns membros da minha equipe para que possamos nos manifestar tecnicamente e pontualmente sobre algumas questões. De acordo, Presidente? (Pausa)

Kátia e Ricardo, por favor. É justo, não é, pessoal? Ouvimos bastante gente, e, sozinho, não conseguirei dar conta das respostas. Está bem? (Palmas) Muito obrigado pela concessão, Presidente.

Se tiver mais alguém da equipe, sintam-se agraciados. Gostaria de convidar? (Pausa) Tem alguém do Deplan? Por favor, Juliana.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Registro a presença do Vereador André Santos, Líder do REPUBLICANOS. Bem-vindo, Vereador.

Podem seguir.

O SR. SIDNEY NERY – Dando sequência, como bem frisado anteriormente, agradecendo todas as críticas e entendendo que eu me coloco, também, no lugar dos senhores.

Vejam bem, um dia lá atrás, não muito tempo distante, fui um menino que também não tinha moradia. Muitas vezes, vi oficial de justiça bater na minha porta para nos despejar. A gente mudava de casa em casa.

Morei na Avenida Imperador em São Miguel Paulista; Rua Oito no Itaim. Eu sei o que é sentir o cheiro daquele esgoto passando na porta da gente. É um negócio absurdo. Até hoje eu sinto esse cheiro na minha face.

Então, eu sei o que vocês estão pleiteando e reivindicando. Eu sou a favor de construir moradia digna. Acho que o caminho passa por um entendimento, por uma audiência pública.

Saibam que não estão sozinhos. Eu também compartilho disso. A minha maior satisfação é poder participar, hoje, de um programa – Deus me deu a oportunidade – habitacional que concede moradia para as pessoas, fazer regularização fundiária, intitular as pessoas, dar a matrícula. A gente sabe como funciona e da necessidade.

Então, sintam-se abraçados, desde já, porque eu tenho origem humilde e estou compartilhando com vocês de onde eu vim. Deus me deu a honra de estar presente nesta audiência pública para escultá-los, e, também, correr atrás de soluções.

Digo mais: fizemos uma transição na Secretaria de Habitação não faz muito tempo. Estamos à disposição dos senhores. Pegamos uma agenda represada de três a quatro meses. Não é fácil, mas a nossa agenda é pública; somos comprometidos com o trabalho. Quem quiser me encontrar pode ir até a Secretaria. Ontem saí às 8 da noite. Então, sintam-se à vontade para nos procurar e estaremos à disposição para escutá-los.

Essa mesma opinião que colocaram em relação ao atendimento de Sehab. Nós não fazemos distinção na minha gestão, na minha concepção. Estou ali como um Secretário Executivo operacional. Não faço distinção das pessoas nem dos pleitos. Atendemos todas as

entidades, os Vereadores, Deputados. Quem bate e pede agenda, eu não costumo refutar. O que motiva é o trabalho. Então, eu queria deixar isso patente para vocês.

Com relação à primeira pergunta sobre operação de crédito. É praxe, e a Secretaria da Fazenda ainda não nos liberou a Fonte 00. Por isso, esses valores são menores em dotações.

Está presente a Secretaria da Fazenda. Depois, conversei com o Presidente da Casa e da audiência, que precisamos repassar algumas demandas, obviamente, para a Secretaria da Fazenda poder se manifestar.

Essa Fonte 00 é muito importante para conseguirmos complementar o nosso orçamento e darmos vazão às nossas demandas.

Outro ponto que eu gostaria de destacar: para regularização fundiária, nós tivemos um orçamento de 2023 com 87,7 milhões e executamos 67 milhões; urbanização em favelas, tivemos 212 milhões e executamos 172 milhões. Se eu somar 212 com 87, tenho 300 milhões. Foram liberados 3 bi, ou seja, nessas duas rubricas, tenho quase 10%.

Preciso de mais, porque uma cidade desse tamanho é muito complexa e tem bastante demanda, mas nós estamos ativos. Sabemos da demanda. Tenho o maior prazer de visitar uma comunidade e saber que estamos fazendo ali uma transformação, com moradia digna e tirar esse cheiro de esgoto que até hoje incomoda o meu nariz. Voltei, depois de muito tempo a sentir esse cheiro aqui. Temos que trabalhar para mudarmos essa realidade.

Quando temos uma política pública de habitação com alimento do município, estado e governo federal, obviamente, isso se potencializa e temos soluções mais rápidas. Costumo dizer para a minha equipe que a demanda sobe de elevador muito rápido, e as construções e os atendimentos sobem de escada, muito morosos.

Ou seja, é uma demanda muito grande de habitação em atender o anseio da população que precisa, e, também, há essa questão de produção muito baixa. Então, quando a gente fala do programa Pode Entrar que ele é disruptivo. A gente está considerando que é um programa dedicado à faixa de um a três salários-mínimos. É um programa inclusivo-social, sim. Não tem outro caráter. O Pode Entrar é social. Pelo valor das unidades, vocês sabem que é

social.

Mais uma coisa que eu gostaria de deixar patente. Foi colocado que o Pode Entrar está com 93,14% da nossa demanda orçamentária – já estão incluídas as entidades. Não está fora, como foi comentado há pouco, pela Maria de Fátima do CMH. Então, os 93%, nós vamos abrir a inscrição para vocês do CNH. Faço um *mea culpa* acho que a gente tem que apresentar, sim, ao CMH. Identifico-me com as pautas do CMH. Acho que fiz duas ou três reuniões e estou adequando e mudando, quebrando o paradigma e tentando fazer uma gestão mais justa e igualitária.

Obviamente, a gente enfrenta muitos desafios. Não é fácil, mas estamos comprometidos com o resultado e com a população. Vocês têm uma Sehab que está aberta, tem interesse em ouvir todos e encaminhar providências.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. SIDNEY NERY – Considerando o que o senhor está falando, independentemente do debate, eu ouvi todos os senhores, mas vou te responder. Nós não aceleramos mais esse programa porque fomos travados pelo Tribunal de Contas do Município. Tivemos diversos apontamentos ali. Estamos lidando com a coisa pública.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. SIDNEY NERY – A luta é válida. Tanto é que a gente foi lá e demonstrou junto ao Tribunal de Contas do Município, fez as correções devidas e estamos avançando com o programa. Nós não cruzamos os braços frente a adversidade e a paralização por parte do Tribunal. Se a gente estivesse cruzado os braços, se não tivesse feito nada a primeira reunião do Secretário Milton foi despachar no Tribunal de Contas, sabe para quê? Para liberar os editais que estavam presos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos deixá-lo concluir, por gentileza.

O SR. SIDNEY NERY – Depois, eu posso responder, obviamente, direcionado, mas, considerando a minha fala, no sentido de contextualizar todas as questões que foram postas e

que nós ouvimos atentamente, eu considero o seguinte: com relação à rubrica urbanização de favelas e assento precário, já demonstrei, ainda há pouco, que foi empenhado recurso e está sendo utilizado quase 10% do orçamento, mas que, ainda há pouco, na minha apresentação, constou uma rubrica com valor reduzido. Esses valores terão que ser objeto de disponibilização da Fonte 00, do Tesouro, da Secretaria da Fazenda.

Como falei há pouco, o orçamento é algo dinâmico, não é estático, faltam ainda mais quatro meses para conclusão do orçamento e, com certeza, terá ajustes para que esses pleitos, que foram aqui reivindicados, sejam atendidos também. Nós estamos aqui para atender o interesse coletivo e não o individual.

O GG já foi embora – vi que ele saiu há pouco –, mas ele falou sobre o cortiço. Há uma pauta do censo do cortiço, foi feito um levantamento na cidade e estamos pensando no enfrentamento dessa questão. Também com relação ao prédio Wilton Paes, existe sim um contrato entre a Prefeitura e o Governo Federal, mas a Prefeitura, em momento algum, deixou de fazer a sua parte. O Poder Público só pode agir quando não tem restrição de ordem judicial ou restrição por alguma parte. Então, com relação a prazo, o município de São Paulo não foi omissos. Já tem projeto de licitação para construção das unidades habitacionais em curso. Tem projeto para análise do solo, desmobilização da área, que é com remoção de entulhos. Como falei há pouco, havia restrições com relação a restos mortais no Wilson Paes de Almeida, por isso não conseguimos avançar.

E foi feita uma fala também com relação aos idosos. O programa Pode Entrar considera sim. Obviamente, esse valor de 5% para idoso poderia ser aumentado; os 5% para PcD; os 5% para as mulheres vítimas de violência doméstica, podem ser aumentados, mas hoje há os critérios estabelecidos no programa: 5% para idosos, 5% para PcD e 5% para mulheres vítimas de violência doméstica. E objetiva o quê? Zerar a fila do auxílio aluguel.

Essas são as considerações preliminares. Ouvi também com relação aos termos de cooperação, as assinaturas. Recebi ainda há pouco um relatório sobre as entidades, o andamento de cada uma, quais são e quem está em cada fase. Obviamente, depois, vamos

poder discutir isso com mais abrangência. Mas citando, tem um empreendimento aprovado, o Sonda B, com 180 unidades; assinado, Elisio Teixeira, Igarapé Mirim, Itaquera II e III, Jardim São Paulo, que contempla 417 unidades.

Em análise, em andamento, na nossa Secretaria, tem o Barra Funda 2, na Rua do Bosque; Barro Branco IIA e IIC; Bresser XIV; Catumbi; Forte do Rio Branco; Forte do Rio Branco III; Itaquera José Bonifácio; Itaquera Padre Manoel; José Bonifácio II e III; Jardim Palmares; Parque Boa Esperança; Parque Ipê; Santa Etelvina; Tuparoquera Porto Feliz B.

Em obra, tem 2.513, que são Adventista, Belém/Mutirão Carolina, Edifício Prestes Maia, Favela do Violão, Forte do Rio Branco I, Forte do Rio Branco III, General Rondon, Itaquera Padre Manoel, Itaquera José Bonifácio, Jardim Celeste, São José, contemplando um total em obras de 2.513 unidades para as entidades.

E temos documentação preliminar. Lá, tem 7.861 unidades com documentação preliminar: Adventista; Barra Funda 1; Bresser IV; Cachoeira de Paulo Afonso, Condomínio 1, 2, 3, 4 e 5; Carlo Palavittino 1, 2 e 3; Edifício José Bonifácio, Estevão Resende, enfim, temos um total – para não delongar mais minha fala –, em análise preliminar, de 7.861 unidades habitacionais.

Tem um rito processual. E, sem adesão, tem mais dois núcleos: São Francisco A e São Francisco B, num total de, pelo menos, 14.982 unidades. É importante consignar que todos esses que estão em andamento ou em vias de assinatura precedem de manifestação da área jurídica. Estamos empenhados também em cumprir o rito e, como gestor, tem a responsabilidade pública de ter um processo sadio e eficiente. E no que depender de mim e do Secretário Milton, temos um compromisso com a população paulistana em prover moradias. O Secretário Milton veio de uma família humilde, não estou fazendo defesa pessoal, mas ele tem trabalhado e se empenhado, conosco e com a equipe, de forma ímpar, para poder trazer. Obviamente que não conseguimos atender todo mundo ao mesmo tempo, mas podem ter certeza do seguinte: bateu lá na minha porta, eu procuro atender. Eu não deixo de atender. Obviamente, não conseguimos dar solução na velocidade que se quer, mas uma coisa já mudamos lá: todo mundo que vai fazer

reunião, eu faço fazer uma ata e quero dar a devolutiva para a população. Eu não quero somente ficar falando. Eu sei que, às vezes, cansa a pessoa só falar, e temos procurado dar a resposta para as pessoas. Nem sempre a resposta é a contento, porque temos dificuldades de ordem jurídica, não existe lei... Às vezes, um vereador nos procura com uma demanda, mas nem sempre conseguimos enquadrar dentro dos instrumentos legais existentes. Então, também não podemos nos expor e correr risco, depois, de ter uma ação de cunho pessoal em nosso CPF. Por isso atuamos dentro do rigor da lei, mas sempre com olhar social. O que depende daquela questão política e que tem que ter o olhar social, sempre fazemos a recomendação e é a recomendação do Prefeito para que possamos atender a população.

Com relação a essa questão orçamentária, dependemos muito do que pedimos e das restrições de contingenciamento da Secretaria da Fazenda. Então, oportunamente, vou dar a voz ao representante da Secretaria da Fazenda, para que ele possa se manifestar, mas eu gostaria de falar também para ele responder sobre uma questão de ordem, que foi colocada logo no início, e que foi objeto do meu recebimento na data de hoje, com relação à regularização fundiária do Balneário Novo São José.

Antes de passar a palavra, agradeço e cumprimento o Presidente do Republicanos, o Bispo André Santos, em nome do Secretário Milton Vieira.

Passo a palavra, agora, para o nosso Coordenador de Regularização Fundiária, Ricardo, para que ele possa tecer suas considerações. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. RICARDO LUIZ FERREIRA – Boa tarde, gente. Boa tarde aos movimentos de moradia, aos conselheiros do CMH. Boa tarde, Presidente Jair Tatto, demais Vereadores, aos quais cumprimento na pessoa do Vereador André Santos.

Quanto à regularização fundiária do Balneário Novo São José, nós já iniciamos os trabalhos naquela área. O primeiro Produto, que é o P3, como a gente chama, que é o diagnóstico de área, já foi concluído. Nós já estamos com esse Produto sendo analisado pelos técnicos da Secretaria e agora é dar continuidade ao trabalho para a gente chegar ao final de 2024, se Deus quiser e o cartório permitir, entregando as matrículas dessa área.

Como foi somente essa colocação sobre regularização fundiária, era isso que tinha a dizer. Mas se alguém tiver mais alguma pergunta, estamos à disposição.

O SR. SIDNEY NERY – OK. Retomando a palavra e, antes de continuar, gostaria de conceder a palavra também ao Vereador André Santos, que chegou ainda há pouco para compor a Mesa, se assim o senhor permitir, Presidente, para que ele possa fazer as considerações e manifestações. Muito obrigado.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Obrigado, Presidente Jair Tatto; Secretário Sidney. Em nome da minha querida Bete França, da Katia e da Juliana, quero cumprimentar todas as mulheres. Se têm força os movimentos de moradia muito se deve ao posicionamento das mulheres, por isso fica aqui o nosso cumprimento. Cumprimento também os membros do Conselho Municipal de Habitação, que tem feito um trabalho muito sério para melhorar as condições de vocês na cidade; todos os integrantes da Mesa e, claro, todas as pessoas, independente se você é ou não do Conselho, mas se é uma pessoa que tem lutado por dias melhores, muito obrigado por sua presença.

Toda audiência pública é fundamental para que você seja ouvido, para que você seja ouvida. As pessoas precisam usar mais esta Casa para poder, de fato, externar o que está acontecendo lá na ponta. Como nós vamos tomar providências se as pessoas que estão vivendo os seus dramas, as suas lutas, as suas guerras, não apresentarem isso e não lutarem por aquilo que é delas de direito?

Nós já estivemos com o Secretário, lá atrás, pedindo para que ele fosse ao Tribunal de Contas, porque havia um recurso que precisava ser liberado para a construção de unidades habitacionais. Ele esteve numa reunião lá para que esse recurso fosse liberado e foi. Nós já estivemos, não somente eu, mas outros vereadores, reunidos lá com o próprio Secretário, para apresentar as demandas dos movimentos de moradia. A Comissão de Finanças, da Câmara Municipal de São Paulo, tem feito um esforço, todas as vezes que chega aqui o orçamento, para melhorar o orçamento que vai para a habitação.

Então, nós, não somente eu, como o Jair, o Sidney, o Manoel Del Rio e tantos outros

Vereadores temos como prioridade no nosso trabalho cuidar da questão da habitação na cidade. O próximo passo, e eu me comprometo com relação a isso, é ter uma nova reunião com o Presidente Milton para discutir a questão do orçamento da habitação. Também vou me reunir com o Presidente desta Comissão e com o Vereador Sidney, que tem a responsabilidade desse relatório, para que consigamos avançar em relação à questão do orçamento.

Além disso, tem um ponto muito importante que precisa ser debatido, eu não consegui acompanhar, desde o início, a audiência pública, mas que é toda a questão relacionada à retomada do Plano Municipal de Habitação. Nós vamos começar novamente a colocar isso na mesa, porque é preciso estar muito bem definido o que tem que ser feito em relação à habitação aqui na cidade, com planejamento. Nós vamos começar essa discussão com o Prefeito, com o Presidente da Câmara Municipal e, aproveitando a presença do Jair, do Manoel e do Sidney, nós aqui não temos vaidades partidárias. Se nós precisarmos nos juntar para, em comum acordo, trabalhar para que as coisas mudem, nós vamos fazer de fato isso. (Palmas)

Quero agradecer muitíssimo, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui com vocês e quero dizer que sempre fico, de verdade, muito chateado e triste quando vejo uma audiência pública vazia. Quando a audiência está cheia e tem debates de alto nível, eu acho que isso faz bem para a cidade, isso faz bem para todos nós, isso faz bem inclusive para o próprio Secretário, porque ele vai tomando ciência do que está acontecendo na realidade e, portanto, a gente tem chance de melhorar as coisas.

Obrigado, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador André Santos. Quero agradecer, em nome do Sidney e de todos os representantes do Governo...

Pela ordem, Vereador Manoel Del Rio.

O SR. MANOEL DEL RIO – Eu apenas queria agradecer a exposição do Sidney, que foi muito bem, foi esclarecedora, mas eu queria voltar à questão da operação de crédito. Queria ter a garantia de que, caso não ocorra a operação de crédito, o Tesouro assegure esse recurso para o Fundo. Porque se não ocorrer a operação de crédito, ele vai reduzir quase pela metade.

Então, que nós tivéssemos a garantia de que esse recurso seja assegurado para o programa de habitação popular.

O SR. SIDNEY NERY – Perfeito. Dando continuidade as minhas considerações, como falei ainda há pouco, com relação ao remanejamento de valores do orçamento, que é competência de contingenciamento da Secretaria da Fazenda.

Quer dar um esclarecimento para a gente, como representante da Secretaria?

O SR. ARTUR JUNQUEIRA LASCALA – Pode ser. É um questionamento específico?

O SR. SIDNEY NERY – É específico sobre operações de crédito, a garantia para não faltar recurso para o programa Pode Entrar. A Secretaria de Habitação fez o pedido e nós entendemos que a dotação orçamentária não foi disponibilizada, não foi liberada para a Secretaria de Habitação ainda, da Fonte 00, e está como operação de crédito. Essa é a pergunta do Vereador. Temos ou não algum risco?

O SR. ARTUR JUNQUEIRA LASCALA – Mas a respeito de 2023 ou 2024?

O SR. SIDNEY NERY – De 2024, é a que nós estamos discutindo. É a operação de crédito para 2024.

O SR. ARTUR JUNQUEIRA LASCALA – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem 7 bi empenhado no orçamento como operação de crédito total para 2024, ok?

O SR. ARTUR JUNQUEIRA LASCALA – Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente Jair Tatto, demais membros da Mesa, e cidadãos. Sou o Artur. Sou Coordenador de Planejamento na Secretaria da Fazenda.

Tem esse valor destinado em operação de crédito. Os estudos já estão sendo feitos para contratação dessas operações junto aos bancos, sejam públicos ou privados. O detalhamento a respeito do *status* das contratações é feito pela Subsecretaria do Tesouro Municipal. Eu faço parte de outra Subsecretaria, por isso não sei dizer os detalhes e o andamento. Qualquer compensação que, na eventualidade não ocorrer e for do Tesouro, vai

depende do acompanhamento da projeção de receita. Quando o Secretário Adjunto fala que não há liberação da Fonte 0, o que é essa fonte? A Fonte 0 é a dos impostos, dos tributos, que são as receitas próprias da Prefeitura. Então, ocorre a liberação da Fonte 0 à medida que a arrecadação está dentro das metas que foram planejadas.

Em nome do Secretário da Fazenda Luis Felipe, já adianto que todos os estudos para contratação dessas operações estão sendo realizados e mais detalhes podem ser consultados diretamente com o gabinete da Secretaria ou com a Subsecretaria do Tesouro, que faz essas operações.

É isso, a Secretaria da Fazenda é o apoio, a parte operacional do orçamento, e a execução das políticas públicas fica com as secretarias. A gente está aqui para ajudar e viabilizar essas fontes de recursos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu complemento. Veio um orçamento de 103 bi e 110 de receitas. São 103 mais 7, considerando o aporte com a linha de crédito. É muito importante o que o Manoel Del Rio traz aqui. Desses 7, entende-se que 2 vem para a habitação, somente para vocês entenderem. São 103 mais 7, que esta Casa já liberou, porque o Governo pediu. E tem uma previsão ainda, um projeto que chegou pedindo mais 10. Então essa oportunidade de ter não falta.

Eu vi que o Artur foi cuidadoso, até porque não é o departamento dele, mas é mais ou menos isso. Isso é o que foi colocado a nossa disposição, do relator e estamos à disposição de vocês. Esses espaços para sugestão, os movimentos... Vou fazer um parêntese, o melhor conselho que existe hoje na cidade de São Paulo, eu respeito todos, mas o que melhor funciona é o Conselho Municipal de Habitação, que a gente elege. Não tenho a menor dúvida disso. O Conselho de Saúde é muito bom, funciona muito bem, mas o da Habitação é um negócio fantástico. Pode haver divergência, mas quando é para se juntar, para criar um programa, para políticas públicas de habitação, se tem um movimento que funciona chama-se Habitação, na cidade de São Paulo.

Está aqui o Vereador Xexéu Tripoli conosco.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a todos e a todas, mais uma vez, e seguiremos em frente na luta.

O Secretário quer fazer apenas uma consideração.

O SR. SIDNEY NERY – Não é de bom alvitre falar depois do Presidente de uma Casa, especialmente de uma Casa lotada, como no dia de hoje, mas se alguém tiver alguma dúvida também com relação ao programa Pode Entrar Entidades, nós vamos disponibilizar esse material de forma impressa. Tudo bem, Presidente? Eu posso acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

O SR. SIDNEY NERY – Digo que não me senti nem um pouco desconfortável, porque eu sei que o poder emana do povo, pelo povo e para o povo. E com relação à pauta de moradia, contem conosco, porque a Secretaria de Habitação está à disposição de vocês.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sidney.

Não tendo nada mais a tratar, está encerrada a nossa audiência pública.